

# PUBLICIDADE LEGAL

## COMPANHIA CASTOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ Nº 81.692.295/0001-06 // NIRE Nº 43300050211  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. 1ª CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem de modo híbrida - presencial e/ou virtual - na sede social, à Rua 25 de Julho, nº 43, 1º andar, sala 1, bairro São Jacó, CEP 93819-330, nesta cidade de Sapiranga-RS, às 14:00 (quatorze) horas do dia 28 de abril de 2022, a fim de em Assembleia Geral Ordinária, tratarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações previstas no art.176 da vigente lei das S.As, correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; b) Deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício; c) Eleger os membros da Diretoria e fixar-lhes os respectivos honorários; d) Outros assuntos de interesse social de competência da Assembleia Geral Ordinária. Sapiranga (RS), 11 de abril de 2022. Adalberto José Leist - Diretor

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

HOTEL LAJE DE PEDRA S.A.  
CNPJ/ME Nº 89.011.456/0001-60 NIRE Nº 43300009289 CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, na Av. Carlos Gomes, 400, em Porto Alegre, RS, CEP: 90.480-900, às 09:00 horas do dia 29 de abril de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Eleger os membros do Conselho de Administração e fixar o montante da remuneração dos Administradores. Porto Alegre, 11 de abril de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

HABITASUL - DESENVOLVIMENTOS  
IMOBILIÁRIOS S.A.  
CNPJ/ME Nº 03.078.261/0001-12 NIRE Nº  
43300038947 CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GE-  
RAL ORDINÁRIA - Convidamos os Senhores Acio-  
nistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária,  
em nossa sede social, na Av. Carlos Gomes, 400,  
CEP/90.480-900, em Porto Alegre, RS, às 09:30 hrs  
do dia 29 de abril de 2022, a fim de deliberarem sobre  
a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos ad-  
ministradores, examinar, discutir e votar as demons-  
trações contábeis relativas ao exercício social encer-  
rado em 31.12.2021; b) Deliberar sobre a destinação  
do resultado do exercício; c) Eleger os membros do  
Conselho de Administração e fixar o montante da re-  
muneração dos Administradores. Porto Alegre, 11 de  
abril de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do  
Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos a V. Sas., o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Montenegro, RS, 28 de março de 2022.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

I - Balanço Patrimonial

ATIVO	(Em milhares de reais)				PASSIVO	(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020		
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	237.640	317.890	247.411	319.822	Fornecedores	140.830	132.796	164.260	145.864	
Aplicações financeiras		2.022	1.878	2.022	1.878	Comissões		864	1.018	864	
Contas a receber de clientes	6	85.450	61.738	92.410	65.715	Emprést. e financiamentos	16	341.626	296.685	341.626	
Estoques	7	353.394	250.785	353.394	252.270	Tributos e contrib. a recolher		1.743	4.198	2.535	
Ativo biológico	13	106.223	90.734	106.223	90.734	Salários e encargos sociais	17	24.123	24.212	24.123	
Despesas antecipadas		757	840	889	1.032	Dividendos propostos	20	-	1.438	-	
Tributos a recuperar	8	128.719	79.175	128.796	79.471	Provisões para litígios	18	4.388	1.663	4.388	
Outros ativos circulantes	9	13.092	16.320	13.092	16.948	Outros passivos	19	15.196	28.756	15.234	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>927.297</b>	<b>819.360</b>	<b>944.237</b>	<b>827.870</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>528.770</b>	<b>490.766</b>	<b>553.030</b>	<b>505.084</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Tributos a recuperar	8	42.190	44.971	42.190	44.971	Empréstimos e financiamentos	16	395.043	173.274	395.043	
Impostos diferidos	10	14.593	-	14.593	-	Impostos diferidos	10	-	71	-	
Depósitos judiciais	18	187	11.691	187	11.691	Partes relacionadas		2.448	2.448	-	
Outros ativos não circulantes	9	1.835	1.697	1.835	1.697	Provisões para litígios	18	-	11.452	-	
Investimentos	12	19	2	19	-	Passivo a descoberto control.	12	4.801	3.290	-	
Ativo biológico	13	65.613	46.148	65.613	46.148	Receitas diferidas		1.700	1.700	1.700	
Imobilizado	14	467.647	417.715	467.718	417.787	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>403.992</b>	<b>192.235</b>	<b>396.743</b>	<b>186.497</b>
Intangível	15	64.366	64.492	64.366	64.492	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>20</b>				
						Capital social		646.500	646.500	646.500	646.500
						Reservas de lucros		1.102	73.034	1.102	73.034
						Ajustes de avaliação patrimonial		3.318	3.431	3.318	3.431
						Outros resultados abrangentes		65	110	65	110
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>656.450</b>	<b>586.716</b>	<b>656.521</b>	<b>586.786</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>650.985</b>	<b>723.075</b>	<b>650.985</b>	<b>723.075</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.583.747</b>	<b>1.406.076</b>	<b>1.600.758</b>	<b>1.414.656</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.583.747</b>	<b>1.406.076</b>	<b>1.600.758</b>	<b>1.414.656</b>

II - Demonstrações dos Resultados

	(Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>21</b>	<b>2.038.926</b>	<b>1.683.535</b>	<b>2.045.516</b>	<b>1.715.859</b>
Custo dos produtos vendidos	23	(1.792.674)	(1.288.260)	(1.797.784)	(1.313.846)
<b>Lucro bruto</b>		<b>246.252</b>	<b>395.275</b>	<b>247.732</b>	<b>402.013</b>
<b>Receitas (desp.) operacionais</b>					
Despesas com vendas	23	(210.573)	(199.711)	(212.110)	(204.381)
Desp. gerais e administrativas	23	(87.787)	(85.489)	(89.639)	(87.100)
Outras receitas (despesas) operacionais	4.684	7.449	4.684	7.449	-
Equivalência patrimonial	12	(1.368)	607	-	-
Despesas financeiras	24	(166.601)	(203.255)	(166.264)	(203.255)
Receitas financeiras	24	126.940	139.255	127.144	139.405
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(88.453)</b>	<b>54.131</b>	<b>(88.453)</b>	<b>54.131</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10</b>	<b>14.970</b>	<b>(5.000)</b>	<b>14.970</b>	<b>(5.000)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(73.483)</b>	<b>49.131</b>	<b>(73.483)</b>	<b>49.131</b>

III - Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	(Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(73.483)</b>	<b>49.131</b>	<b>(73.483)</b>	<b>49.131</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
Variação cambial sobre controladas do exterior		(45)	421	(45)	421
<b>Total dos resultados abrangentes o exercício</b>		<b>(73.528)</b>	<b>49.552</b>	<b>(73.528)</b>	<b>49.552</b>

IV - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	(Em milhares de reais)							
	Controladora e Consolidado							
	Capital social	Reserva de lucros legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Outros resultados abrangentes	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>146.500</b>	<b>8.187</b>	<b>10.010</b>	<b>10.868</b>	<b>3.552</b>	-	<b>(311)</b>	<b>178.806</b>
Reversão dividendos propostos em exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.131	-	49.131
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(121)	121	-	-
Participação dos administradores	-	-	-	(3.845)	-	-	-	(3.845)
Capitalização	500.000	-	-	-	-	-	-	500.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	421	421
Reserva de incentivos fiscais	-	-	33.997	-	-	(33.997)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	13.060	-	(13.060)	-	-
Reserva legal	-	757	-	-	-	(757)	-	-
Participação dos administradores	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.438)	-	(1.438)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>646.500</b>	<b>8.944</b>	<b>44.007</b>	<b>20.083</b>	<b>3.431</b>	-	<b>110</b>	<b>723.075</b>
Reversão dividendos propostos em exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(73.483)	-	(73.483)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(113)	113	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
Absorção de prejuízo com reserva de incentivos fiscais	-	-	(42.905)	-	-	42.905	-	-
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	(21.521)	-	21.521	-	-
Absorção de prejuízo com reserva legal	-	(8.944)	-	-	-	8.944	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>646.500</b>	-	<b>1.102</b>	-	<b>3.318</b>	-	<b>65</b>	<b>650.985</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional  
A Vibra Agroindustrial S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, composta por 16 unidades distribuídas estrategicamente em três estados brasileiros, sendo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, tendo como atividades a criação de matrizes de aves (galinhas) e a criação e abate de frangos.  
Visando atender o plano de expansão aprovado pelo Conselho de Administração, bem como a ampliação de sua atuação na região Sul do país, em 31 de julho de 2020 foi realizada a incorporação da empresa SOMAR Administradora de Bens e Participações e Abate de Aves Ltda.  
Em 24 de março de 2021, visando consolidar suas operações na região dos Emirados Árabes Unidos, foi encerrada as operações da Vibra Trading FZE, sendo os saldos de ativo e passivo incorporados à Vibra Food Trading LLC.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.  
As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Vibra Agroindustrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020.  
As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

3. Principais Políticas Contábeis  
a) As presentes Demonstrações Financeiras compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro de 2021 e encerrado em 31 de dezembro de 2021.  
b) A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.  
c) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".  
d) As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. O prazo médio de vencimento das contas a receber no mercado interno é inferior a 90 dias e não requer ajuste a valor presente.

e) Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Matérias-primas, produtos químicos, embalagens e materiais de manutenção e consumo - custo médio de aquisição. Produtos acabados - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.  
f) Os ativos biológicos consumíveis são aqueles representados por aves em campo, para abate e ovos incubáveis, a Companhia entende que o valor justo está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais. Os ativos biológicos para a produção, representados por matrizes, estão classificados como ativo permanente. Durante o período de recria, que compreende o período de 0 a 24 semanas, aproximadamente seis meses, além dos custos de aquisição, são alocados os custos mão de obra, ração e medicamentos. Após o período de recria, os ativos passam a ser exauridos durante o seu ciclo produtivo, aproximadamente 11 meses, com base no número estimado de ovos produzidos.  
g) Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.  
h) O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência.  
i) Empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, compostos por financiamentos do Ativo Imobilizado, Adiantamentos de Contratos de Câmbio, Pré-Pagamento de Exportação, Notas de Crédito à Exportação (NCE's) e Custeio, após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo estão garantidos por aval dos sócios e administradores. Os contratos de curto prazo são usualmente sem garantias, exceto em casos das linhas subsidiadas que são garantidas por aval e fiança dos acionistas. Os contratos de ativo permanente possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.  
j) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar suas demonstrações Financeiras. O Relatório completo, bem como o parecer da Auditoria, sem ressalvas, encontra-se à disposição dos interessados na sede da companhia.

V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	(Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Das atividades operacionais</b>				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(88.453)	54.131	(88.453)	54.131
<b>Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais</b>				
Depreciações, amortizações e exaustão	98.608	70.907	98.633	70.938
Result. na baixa de ativo imobil. e intangível	295	61	295	61
Resultado na baixa de ativo biológico	526	32	526	32
Resultado de equivalência patrimonial	1.368	(607)	-	-
Provisão para litígios	2.725	25	2.725	25
Aprop. de enc. financ. e variação cambial	7.562	23.331	7.559	23.331
Apropriação rendimento de aplic. financeira	(63)	(35)	(62)	(35)
Resultado na baixa de invest. em controlada	133	-	133	-
Perdas esperadas com cred. de liquidação duvidosa - PECLD	-	20.158	-	20.158
Créditos tributários recuperados	(4.095)	(3.926)	(4.095)	(3.926)
	18.606	164.077	17.261	164.715
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>				
Contas a receber de clientes	(24.355)	21.522	(27.337)	25.756
Estoques	(102.609)	(83.140)	(101.124)	(69.293)
Ativo biológico	(15.490)	(27.954)	(15.490)	(27.954)
Tributos a recuperar	(42.668)	(15.068)	(42.449)	(14.310)
Variação de outros ativos circulantes	3.173	23	3.862	(279)
<b>(Decréscimo) acréscimo em passivos</b>				
Fornecedores	8.432	17.375	18.794	(909)
Obrigações trabalhistas	(90)	5.205	(90)	5.205
Obrigações fiscais e sociais	(2.149)	(10.006)	(2.113)	(11.075)
Depósitos judiciais	52	322	52	322
Variação de outros passivos	(20.354)	21.652	(20.952)	21.805
Disponibilidades Líquidas geradas pelas atividades operacionais	(177.452)	94.008	(169.586)	93.983
<b>Das atividades de investimento</b>				
Acréscimo de aplicação financeira	(81)	(477)	(81)	(477)
Acréscimo do imobilizado	(79.296)	(113.717)	(79.318)	(113.785)
Acréscimo do ativo biológico	(94.088)	(66.422)	(94.088)	(66.422)
Aquisição de intangível	(469)	(985)	(469)	(985)
Venda do imobilizado	5.153	275	5.152	275
Outros investimentos	(17)	(1)	(19)	-
Ágio incorporação	-	(41.625)	-	(41.625)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(168.798)	(222.952)	(168.823)	(223.019)
<b>Das atividades de financiamento com terceiros</b>				
Captações de emprést. e financiamentos	542.412	242.459	542.412	242.459
Juros pagos	(29.671)	(23.730)	(29.671)	(23.730)
Pagamentos de empréstimos	(247.720)	(234.683)	(247.720)	(234.683)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	265.021	(15.954)	265.021	(15.954)
<b>Das atividades de financiamento com acionistas</b>				
Aumento de capital	-	500.000	-	500.000
Partes relacionadas	-	(3.845)	-	(3.845)
Distribuição de lucros	-	(100.000)	-	(100.000)
Caixa líquido usado				

# PUBLICIDADE LEGAL

## DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 02.832.860/0001-17 - NIRE 43300038530

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da **DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), no dia 29 de abril de 2022, às 9h00min, na sede social da Companhia, em Agudo, RS, na Rua Argentina, 83, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021 e distribuição de resultados; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021 e distribuição de resultados; 3. Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração e seus suplentes; e 4. Fixar a remuneração dos administradores. Para participarem da Assembleia Geral, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, conforme o caso, deverão enviar para o endereço eletrônico [dfesa@dfesa.com.br](mailto:dfesa@dfesa.com.br), até às 9h00min do dia 27 de abril de 2022, a solicitação para sua participação na Assembleia Geral, informando (i) a denominação social ou nome completo, número do CNPJ ou CPF do acionista, de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, acompanhada da seguinte documentação: (i) cópia de documento de identificação com foto e CPF do acionista, representante legal ou procurador, conforme o caso, que participará da Assembleia Geral; (ii) cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado, registrado no órgão competente; (iii) ata de eleição dos administradores, registrada no órgão competente, caso aplicável; (iv) caso o acionista seja representado por procurador, cópia do documento de identificação com foto e CPF do procurador que se fará presente na Assembleia Geral e cópia da procuração emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia, excepcionalmente, não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro.

Agudo, RS, 12 de abril de 2022.  
Vinicius Fernandes de Moura  
Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**SHOPPING JOÃO PESSOA S/A**  
CNPJ 92.889.724/0001-56 - NIRE 43 3 0002129 7  
**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
**Convocação:** Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 9h do dia 26 de abril de 2022, na sede social, Av. João Pessoa n° 1831, 3° andar, nesta Capital para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **1. Em Assembleia Ordinária:** (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (b) Eleger os membros da administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; (c) Eleger os membros da diretoria e fixar o montante da remuneração dos diretores. **2. Em Assembleia Extraordinária:** Aumento do Capital Social da Companhia. Porto Alegre, 14 de abril de 2022. Saul Veras Bof - Presidente do Conselho de Administração.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A.**  
 CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1  
**Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária.** Ficam convocados os senhores acionistas da CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2022, às 14hs30min. (quatorze horas e trinta minutos), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 1450, Auxiliadora, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) deliberar sobre a destinação dos resultados apurados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (c) Eleger os membros do conselho de administração da Companhia; (d) Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. Devido às restrições de mobilidade impostas, a presença na reunião também poderá ser virtual, através do ID: <https://zoom.us/j/4785300928>. Porto Alegre, RS, 14 de abril de 2022. Sérgio Antônio L. de Mello Saraiva - Presidente do Conselho de Administração.

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**UNIDOS VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA.****C.N.P.J. 92.793.124/0001-90 - NIRE 43206265374 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convidados os Senhores Sócios-quotistas da Sociedade UNIDOS VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA. para em Reunião a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às quinze horas, na sede social sita à Av. Ipiranga, 6400 – Bairro Petrópolis – CEP 90610-000 – Porto Alegre – RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) Alteração do objeto social; (2) Outros assunto de interesse da sociedade. Porto Alegre, 14 de abril de 2022. A Administração

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC





# PUBLICIDADE LEGAL

Maisonave Companhia de Participações:  
CNPJ/MF 87.191.847/0001-89/NIRC 43300064-33; Convocação: Assembleia Geral Ordinária:  
São convocados os acionistas da Maisonave Companhia de Participações a se reunirem na sede social, à Rua Sete de Setembro nº 745, nesta Capital, dia 25/04/2022, às 11hs, em Assembleia Geral Ordinária subordinada à seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2021, 2) demais assuntos consequentes e correlatos aos itens anteriores ou de interesse societário. Porto Alegre, 14/04/2022. Roberto de Moraes Maisonave - Diretor, Nilda Maria de Medeiros Maisonave - Diretora. **ASCOL**

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

MG INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A		Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à sua apreciação as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Barra do Ribeiro, 01 de março de 2022. A Administração			
<b>MG</b> CNPJ 93.384.311/0001-82 NIRE 43 3 0003096 2					
Balço Patrimonial - (Em R\$)					
ATIVO		PASSIVO			
Circulante	31.12.2021 56.928.637,02	31.12.2020 46.070.046,34	CIRCULANTE	31.12.2021 7.662.746,70	31.12.2020 5.106.662,44
DISPONÍVEL	17.147.915,85	17.438.845,89	Obrigações Comerciais	3.661.453,46	1.291.004,82
Caixa	1.633,22	1.482,80	Fornecedores	3.661.453,46	1.291.004,82
Dep. Bancários à Vista	98.145,91	725.758,96	Obrigações Fiscais	1.534.134,24	1.183.721,99
Aplicações Financeiras	17.048.136,72	16.711.604,13	Impostos a Recolher	1.534.134,24	1.183.721,99
CREDITOS	19.905.196,18	13.631.253,55	Obrigações Sociais	164.295,06	68.032,40
Cientes	19.185.758,01	11.700.084,68	Encargos Sociais		
Impostos a Recuperar	226.990,78	0	Recolher	164.295,06	68.032,40
Adiantamentos	492.447,39	1.931.168,87	Outras Obrigações	2.302.863,94	2.563.903,23
ESTOQUES	19.875.524,99	14.999.946,90	Créditos de Pró-labore	38.477,14	38.602,80
Matérias Primas	13.732.164,93	9.009.963,72	Outros Débitos	2.047.013,74	2.174.602,15
Produtos em Elaboração	2.211.914,18	1.945.144,37	Adiant. de Clientes	217.373,06	350.698,28
Produtos de Consumo	419.977,74	92.465,65	NÃO CIRCULANTE	4.419.716,27	3.722.358,81
Materiais de Embalagem	548.243,16	185.695,46	Obrigações Com		
Produtos Prontos	2.337.568,22	3.149.890,88	Acionistas	4.419.716,27	3.722.358,81
Mercadorias p/Revenda	625.656,76	616.786,82	Créditos de Lucros	4.419.716,27	3.722.358,81
NÃO CIRCULANTE	45.978.485,52	39.946.917,49	Patrimônio Líquido	90.824.659,57	77.187.942,58
CREDITOS	219.384,54	210.649,25	Capital Social	52.099.151,75	52.099.151,75
Aplicação Financeira	219.384,54	210.649,25	Reservas de Lucros	38.725.507,82	25.088.790,83
IMOBILIZADO	45.759.100,98	39.736.268,24	TOTAL DO PASSIVO	102.907.122,54	86.016.963,83
Operacional	15.995.643,34	11.218.878,66			
Veículos	1.565.346,25	636.336,77			
Administração	458.340,52	375.325,98			
Imóveis	2.442.550,60	2.442.320,50			
Imóveis Dest. Locação	25.297.220,27	25.063.406,33			
TOTAL DO ATIVO	102.907.122,54	86.016.963,83			
Demonstração do Resultado do Exercício - (Em R\$)					
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		31.12.2021 75.845.372,75		31.12.2020 42.455.908,42	
Vendas Mercado Interno		18.304.508,26		11.795.596,93	
Vendas Mercado Externo		51.388.018,74		25.795.655,65	
Revenda de Mercadorias		1.864.442,29		1.061.661,30	
Renda de Aluguéis		4.288.403,46		3.802.994,54	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(8.658.500,56)		(5.606.166,50)	
Impostos Incidentes Sobre as Vendas		(8.448.323,79)		(5.495.445,01)	
Devoluções		(210.176,77)		(110.721,49)	
RECEITA LÍQUIDA		67.186.872,19		36.849.741,92	
(-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDOS		(30.593.264,40)		(16.321.298,52)	
Custo dos Produtos/Mercadorias Vendidos		(30.593.264,40)		(16.321.298,52)	
RESULTADO BRUTO		36.593.607,79		20.528.443,40	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(3.250.380,49)		(2.844.361,69)	
Despesas Gerais Administrativas		(3.250.380,49)		(2.844.361,69)	
RESULTADO OPERACIONAL		33.343.227,30		17.684.081,71	
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		463.872,71		3.027.105,57	
Receitas Financeiras		1.828.780,70		3.429.210,95	
Despesas Financeiras		(1.364.907,99)		(402.105,38)	
RESULTADO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		33.807.100,01		20.711.187,28	
(-) Imposto de Renda		(1.966.453,70)		(1.780.403,98)	
Contribuição Social s/o Lucro Líquido		(958.129,20)		(777.309,49)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		30.882.517,11		18.153.473,81	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,59		0,35	
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - (Em R\$)					
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		31.12.2021 17.245.800,12		31.12.2020 13.351.049,58	
Parcela de Lucros Incorporados ao Capital		0		(3.308.819,61)	
Lucro Líquido do Exercício		30.882.517,11		18.153.473,81	
Proposta da Administração de Destinação do Lucro					
Reserva Legal		(1.544.125,86)		(907.673,69)	
Dividendos ou Lucros a Destinar		(17.245.800,12)		(10.042.229,97)	
SALDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO		29.338.391,25		17.245.800,12	
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - (Em R\$)					
ATIVIDADES OPERACIONAIS		31.12.2021 22.986.438,11		31.12.2020 17.615.068,64	
Resultado Líquido do Exercício		30.882.517,11		18.153.473,81	
(Aumento) Redução Clientes		(7.485.673,33)		(3.232.449,65)	
(Aumento) Redução Estoques		(4.875.578,09)		2.072.202,96	
(Aumento) Redução Outros Créditos		1.211.730,70		(1.686.849,17)	
Aumento (Redução) Fornecedores		2.370.448,64		(945.481,52)	
Aumento (Redução) Contas a Pagar		882.993,08		3.254.172,21	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(6.031.568,03)		(3.806.488,12)	
(-) Aquisição de Imobilizado		(6.031.568,03)		(3.806.488,12)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(17.245.800,12)		(10.042.229,97)	
(-) Pagamentos de Lucros e Dividendos		(17.245.800,12)		(10.042.229,97)	
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		(290.930,04)		3.766.350,55	
Disponibilidades no Início do Período		17.438.845,89		13.672.495,34	
Disponibilidades do Final do Período		17.147.915,85		17.438.845,89	
CAIXA LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES		(290.930,04)		3.766.350,55	
Gianfranco Ventre	Marcello Ventre	Antonio Francesco Ventre	Enrico Matteo Ventre	Liandro Porto Gonçalves	
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor	Diretor	Contador - CRC/RS 060372/0-7 - CPF 488.790.530-00	

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto Operacional:** A Companhia é constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, está sediada no município de Barra do Ribeiro, neste Estado, na Av. Felipe Didio nº 450 e tem como atividades econômicas principais a industrialização, comercialização e exportação de pneumáticos para kart de competição e a importação e comercialização de motores e peças para kart de competição. Subsidiariamente a Companhia atua também na locação de bens imóveis de sua propriedade e que não estão vinculados às suas atividades industriais e comerciais.

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de conformidade com as normas estabelecidas pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1.255, de 10 de dezembro de 2009, alterada pela Resolução nº 2016/NBC TG 1000 (R1), publicada no DOU de 01/11/2016 e pelas demais disposições legais aplicáveis. A preparação destas Demonstrações foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2022.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas:** 3.1. Base de Mensuração: As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico. 3.2. Estimativas e Julgamentos: As normas vigentes exigem que sejam feitos julgamentos e estimativas sobre a provável realização de premissas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, cujos resultados reais podem divergir destes julgamentos e estimativas. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas, alterando-as quando necessário. 3.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data do fechamento da operação. 3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa: As aplicações financeiras referem-se à títulos de alta liquidez, não estão sujeitos a riscos de mudança de valor e são passíveis de resgate imediato. 3.5. Clientes: Correspondem a contas a receber oriundas da venda de produtos e mercadorias no decorrer das atividades normais da Companhia, sendo reconhecidos pelo valor faturado sem ajustes de provisões para perdas, tendo em vista tratarem-se de vendas com prazo de pagamento inferior a 60 (sessenta) dias, com garantia de liquidação nos respectivos vencimentos. Na conta de Clientes está incluído o valor de R\$ 493.608,47, a receber oriundo das rendas de aluguéis de pontos comerciais, os quais representam cerca de 6% da receita total. 3.5.1. Para os clientes de aluguéis comerciais é realizada uma análise detalhada e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de Crédito é solicitada. Existe uma inadimplência controlada e de baixo risco, e as renegociações são em sua maioria amparada por meios de instrumentos de confissão de dívida e coobrança. 3.6. Estoques: Os estoques estão registrados pelo valor de aquisição ou fabricação, líquido dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O custo dos produtos e das mercadorias vendidas é determinado pelo custo médio ponderado. 3.7. Impostos a Recuperar: Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entrada e saída de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes. 3.8. Imobilizado: Os bens do imobilizado estão registrados pelo seu valor de aquisição. Foi procedida análise da vida útil econômica estimada e constatou-se que os valores registrados não superam os custos de reposição. O valor recuperável estimado destes bens é compatível com o valor contábil registrado. 3.8.1. A partir do exercício de 2012 a Companhia deixou de depreciar os bens do Imobilizado em razão de não auferir benefício fiscal que justifique o procedimento, tendo sido procedida a reversão dos valores de depreciação registrados até o exercício de 2011. Em função da adoção do regime de tributação do imposto de renda pela sistemática do lucro presumido, além do custo da depreciação não refletir no montante dos impostos e contribuições devidos, haverá acréscimo proporcional da parcela tributável em caso de alienação futura destes bens. Apesar de não serem imputados ajustes de depreciação, não houve influência sobre o valor recuperável dos ativos. 3.9. Passivo Circulante e não Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, pelos encargos e variações monetárias incorridas. 3.9.1. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são decorrentes das operações normais da Companhia e estão avaliados pelo valor das faturas correspondentes ajustadas a valor presente quando aplicável. 3.9.2. Obrigações Fiscais e Sociais: As obrigações fiscais são relativas aos impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e sobre o lucro e as obrigações sociais são aquelas incidentes sobre a folha de pagamento de salários. Os saldos existentes são decorrentes de obrigações ainda não vencidas. 3.10. Patrimônio Líquido: O Capital Social é de R\$ 52.099.151,75 totalmente subscrito e integralizado, representado por 52.099.151 ações ordinárias nominativas sem valor nominal pertencentes a residentes no país. 3.11. Resultado do Exercício: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento das receitas quanto das despesas. 3.12. Reserva Legal: Do Lucro Líquido do Exercício a Empresa destinou 5% para incremento da Reserva Legal no valor de R\$ 1.544.125,86. 3.13. Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: São apurados pelo regime de tributação com base no lucro presumido, sistemática prevista no artigo 13 da Lei nº 9.718, de 1998. 3.14. Resultado por Ação: O resultado líquido por ação do Capital Social no presente exercício foi de R\$ 0,59, tendo sido apurado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas pela quantidade de ações subscritas. 3.15. Demonstração do Resultado Abrangente: Em virtude de não ter ocorrido no exercício nenhuma das circunstâncias previstas da Seção 5 da NBC TG 1000(R1), a Companhia deixa de apresentar a referida Demonstração. 3.16. Eventos Subseqüentes: A Companhia não tem conhecimento de qualquer evento subseqüente mensurável que possa gerar ajustes nestas demonstrações contábeis e financeiras.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

FUGA COUROS S/A

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para sua apreciação, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, e ficamos desde já à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Deixamos consignados os agradecimentos aos nossos clientes e fornecedores, bem como ao nosso dedicado quadro funcional. Marau, 07 de abril de 2022.

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.)

Table with columns: ATIVO, 2021, 2020, 2021, 2020, PASSIVO, 2021, 2020. Includes sub-sections: I - Balanço Patrimonial - Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Unidades de Reais); II - Demonstração do Resultado (Em Unidades de Reais); III - Demonstração do Resultado Abrangente (Em Unidades de Reais); IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Unidades de Reais).

Table with columns: Descrição, 2021, 2020, 2021, 2020. Includes sub-sections: II - Demonstração do Resultado (Em Unidades de Reais); III - Demonstração do Resultado Abrangente (Em Unidades de Reais).

Table with columns: Mutações, Capital Social, Reserva Legal, Investimentos, Subvenções/Doações, Bens Próprios, Bens Controladas, Bens Cambial, Lucros Acumulados, Totais. Includes sub-sections: IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Unidades de Reais); Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Table with columns: Descrição, 2021, 2020, 2021, 2020. Includes sub-sections: III - Demonstração do Resultado Abrangente (Em Unidades de Reais); V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Unidades de Reais).

Nota 1 - Contexto operacional: A sociedade tem sede na Rua José Fuga, 1155 - CEP 99150-00, Marau/RS, tem como objeto social a indústria e preparo de couros, peles e seus derivados, brutos ou preparados, a indústria de calçados em geral em suas diferentes modalidades, a indústria e confecção de vestuário de couro e comercialização e exportação dos produtos de sua indústria, a importação de máquinas e matéria-prima e produtos químicos, todos destinados à preparação e industrialização de couros e necessários a criação e comércio de bovinos e reforestamento, exploração comércio de produtos primário da lavoura, pesquisa e desenvolvimento e a indústria e comércio de biodiesel e a produção, fabricação, importação, exportação e venda de alimentos para animais. Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31/12/2021 foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 11/03/2022. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Table with columns: Empresa, Percentual de participação. Lists companies like Agropecuária Fuga Ltda., Sebo Jales Ind. Com. Prod. Animais Ltda., Sebo Várzea Grande Ind. Com. Prods. Animais Ltda., Fuga Couros Jales Ltda., Fuga Couros Hidrolândia Ltda., Fuga & Panorama Industrial Ltda., Fuga Itália S.R.L.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas, oriundos de transações entre as empresas, foram eliminados na consolidação. Nota 3 - Sumário das principais práticas contábeis: Dentro as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: a) Receitas e Despesas: As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência. b) Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras são avaliadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de realização. c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: Foi constituída com base em estimativas considerando as perdas ocorridas em períodos anteriores. O montante assim apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir da não realização de créditos. d) Estoques: Os estoques foram avaliados conforme consta da nota explicativa nº 5, cujos valores não superam os valores de mercado. e) Investimentos: Os investimentos realizados em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota explicativa nº 7), tomando por base o patrimônio líquido das investidas na mesma data-base (31/12). Outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição ajustados a seus prováveis valores de realização, quando aplicável. f) Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição, construção ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens. g) Demais Ativos e Passivos Circulantes: São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável. h) IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Na controladora são apurados com base no lucro real trimestral, em algumas controladas com base no lucro presumido, ou lucro real anual. i) Redução ao valor recuperável (Impairment): A administração da

Table with columns: Fluxos de Caixa das Ativid. Operac., Lucro Líquido Ajustado, Lucro Líquido Antes do IR e da CSLL, Depreciações e Amortizações, Valor Residual de Bens Baixados, Provisões Constituídas/Reversões, Variação Cambial Provisionada, Resultado de Equiv. Patrimonial, (Aum.) Dim. Contas a Rec. e Outras, Clientes, Estoques, Adiantamentos a Fornec./Func., Tributos a Recuperar, Aplicações Financeiras, Outros Créditos/Partes Relac./Contas a Rec. Resp. a Apropriar e Realiz. a LP, e Outras Contas a Pagar, Fornecedores e Adiant. de Clientes, Obrigações com Pessoal, Sociais e Trib. (Exceto IRPJ e CSLL), Partes Relacionadas, Representantes, Contas a Pagar, Cred. Diversos, ICMS, Cheques a Compensar, Contas não Circulante (Exceto Tributos Diferidos e Empréstimos), IR e CSLL Pagos no Exercício, Fluxo de Caixa das Ativid. de Invest., Aquisições de Invest., Imob. e Intang., Recebimentos de Lucros, Fluxo de Caixa das Ativid. de Financ., Emprést./Financ. Tomados - Amortiz., Lucros/Dividendos Pagos, Total dos Fluxos de Caixa, Aum. (Red.) Liq. de Cx e Equiv. de Cx, Cx e Equiv. de Caixa no Início do Exerc., Cx e Equiv. de Caixa no Fim do Exerc.

Líquido na Demonstração do Resultado são compostos pelos seguintes valores: Tributos do exercício corrente, Tributos apropriados s/prejuízos fiscais e adições temporárias, Tributos transferidos de tributos diferidos (Passivo), Tributos baixados pela compensação dos prejuízos, Valor líquido, Nota 13 - Seguros: A Companhia e suas controladas mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, aluguados e de responsabilidade civil. O escopo dos exames de auditoria não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. Nota 14 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não foram ajustados ao seu valor presente, pois o efeito é considerado inexpressivo em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nota 15 - Caixa e equivalentes de caixa: É composto pelos seguintes valores: Numerários em Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações de Liquidez Imediata, Totais, Estejo registrado ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e não superam o valor de mercado. Nota 16 - Tributos diferidos: Para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram contabilizados os tributos diferidos cujos saldos estão assim compostos: Imposto de Renda, CSLL, Totais. Nota 17 - Reserva de subvenções/doações: Do resultado do exercício de 2021 R\$ 46.435.885 (R\$ 25.306.923 em 2020) foram destinados para Reserva de Subvenções conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973 de 13/05/2014. Nota 18 - Receitas de contratos com cliente: O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos de clientes. Este pronunciamento substitui as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R17)) - Contratos de construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com este pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do bem é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia. Nota 19 - Arrendamento: O CPC 06 (R2) IFRS 16 criou um modelo único de contabilização de arrendamentos para arrendatários, a partir de 1/01/2019. Amparado na alínea b do item 5 do CPC 06 (R2) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor a administração decidiu continuar contabilizando seus arrendamentos como despesa de aluguel em base linear ao longo do prazo. Nota 20 - Impactos COVID-19: A administração da Companhia continua monitorando os possíveis impactos que possam vir a afetar as atividades. Inúmeras medidas foram tomadas visando diminuir, ao máximo, os efeitos da pandemia nos negócios da Companhia. Até a presente data os reflexos não afetaram de forma significativa as operações da Companhia. Nota 21 - Eventos subsequentes: Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar as Demonstrações Contábeis, bem como as operações da Companhia.

Nota 8 - Financiamentos: Tratam-se basicamente de Contratos FINAME e REVITALIZA com diversas instituições repositadoras com vencimento final em setembro de 2026 com encargos de 2,2 a 3,3% a.a + T.C.P. com garantias de alienação fiduciária e aval. Banco do Brasil, Banco Itaú, BRDE, Banco Merc. Benz, ABC Fluxo de Caixa, ABC Equipamentos, Banco Volkswagen, Banco Sicredi. Nota 9 - Capital Social: Em 31/12/2021 o Capital Social totalmente integralizado de R\$ 440.000.000 era composto por 43.125.791 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Nota 10 - Contingências: São reconhecidas contabilmente apenas as demandas com perdas consideradas como prováveis pelos assessores jurídicos. Existem outras demandas que são

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Aos acionistas da Fuga Couros S.A. Marau/RS. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Fuga Couros S.A. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fuga Couros S.A. em 31/12/2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: Nenhuma outra informação acompanha as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstra-

ções contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

Conselheiros: Constante Caetano Fuga, Ivonor Antônio Benedetti, Paulo Sergio Magnabosco, Iedo Claudino Fuga, Diretores: Luis Eduardo Fuga, Patrícia Fuga, Berber Andre Benedetti, Iedo Fuga Junior, Paulo José Fuga, José Gustavo Fuga, Diego Riva Magnabosco. Objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, caso tenhamos identificado durante nossos trabalhos. Porto Alegre, RS, 25/03/2022. EXACTO AUDITORIA LTDA. CRC/RS 1544. DANIEL EDUARDO RODRIGUES - CONTADOR CRC RS-030361/O-2 - CPF: 224.830.390-49.

# PUBLICIDADE LEGAL

**Vida Saúde Centro Médico de Diagnóstico S.A.**

CNPJ nº 08.265.568/0001-46 | NIRE 43300064727

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Vida Saúde Centro Médico de Diagnóstico S.A. (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 8h30min, na sede da Companhia, na Avenida Otto Niemayer, nº 2685, bairro Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91.910-001, para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia. **ORDEN DO DIA:** (i) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) destinar o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021; e (iii) fixar a remuneração anual global da administração. Porto Alegre/RS, 18 de abril de 2022.

Rafael Taddei Sá - Diretor Presidente.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**LINCK MÁQUINAS S.A.**  
 C.N.P.J. Nº 92.747.492/0001-00  
 NIRE Nº 43300018636.  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA  
 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convocamos os Senhores Acionistas, da Linck Máquinas S/A, com sede na Avenida das Indústrias nº 500, Bairro Industrial, Eldorado do Sul - RS, a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 10 horas do dia 28 de abril de 2022 a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do Dia:

**I - Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício apurado em 31 de dezembro de 2021. c) Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício 2022. A assembleia, em função dos controles sanitários impostos pela Covid 19, ocorrerá excepcionalmente em plataforma digital. Para participar das assembleias o acionista deverá solicitar o "link de acesso" encaminhando e-mail à Diretoria até às 16h do dia 27 de abril de 2022.

Eldorado do Sul/RS, 18 de abril de 2022.  
 Suzana Maria Matte Linck  
 Diretora Presidente

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

FUNDAÇÃO COMUNIDADE TANAC - CNPJ nº 91.359.703/0001-66																																	
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 - (Em Reais)					Demonstração do Superávit e/ou Déficit																												
<b>ATIVO</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>PASSIVO</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Receitas operacionais</b>																									
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>2021</b>																									
Caixa e equiv. de caixa....	39.631,56	55.916,85	Contas a pagar .....		49.465,69	49.619,95	Contribuição da																										
Empréstimos para	9.828,00	20.854,67	Patrimônio Líquido		49.465,69	49.619,95	mantenedora .....																										
associados.....	71.015,30	68.576,08	Patrimônio social.....		171.880,40	308.164,02	147.000,00																										
Convênios.....	120.474,86	145.347,60	Déficit do exercício....		(24.718,48)	(136.283,62)	7.240,08																										
			Total do Passivo e		147.161,92	171.880,40	29.633,12																										
<b>Não Circulante</b>			<b>Patrimônio Líquido..</b>		196.627,61	221.500,35	6.640,00																										
Imobilizado .....	76.152,75	76.152,75					<b>154.304,06</b>																										
	76.152,75	76.152,75					<b>224.273,12</b>																										
<b>Total do Ativo.....</b>	<b>196.627,61</b>	<b>221.500,35</b>					<b>Despesas operacionais</b>																										
							<b>2021</b>																										
							<b>2020</b>																										
							Gerais e administrativas .....																										
							(177.604,34)																										
							(355.175,47)																										
							Financeiras.....																										
							(1.418,20)																										
							(5.381,27)																										
							<b>(24.718,48)</b>																										
							<b>(136.283,62)</b>																										
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Social</b>					<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>																												
	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit e/ou Déficit</b>	<b>Total</b>	<b>Déficit do exercício .....</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>																										
<b>Em 31/12/2019 .....</b>	<b>224.336,87</b>	<b>83.827,15</b>	<b>308.164,02</b>	<b>(24.718,48)</b>		<b>(136.283,62)</b>	<b>(136.283,62)</b>																										
Transferência para patrimônio...	(136.283,62)	136.283,62	-	(Aumento) redução empréstimos a associados .....		11.026,67	1.783,33																										
Déficit do exercício de 2020 .....	-	(136.283,62)	(136.283,62)	(Aumento) redução em convênios .....		(2.439,22)	104.192,13																										
<b>Em 31/12/2020 .....</b>	<b>88.053,25</b>	<b>83.827,15</b>	<b>171.880,40</b>	Aumento (redução) em cla. a pagar.....		(154,26)	44.023,92																										
Transferência para patrimônio...	(24.718,48)	24.718,48	-	<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(16.285,29)</b>	<b>13.715,76</b>																										
Déficit do exercício de 2021 .....	-	(24.718,48)	(24.718,48)	<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa .....</b>		<b>(16.285,29)</b>	<b>13.715,76</b>																										
<b>Em 31/12/2021 .....</b>	<b>63.334,77</b>	<b>83.827,15</b>	<b>147.161,92</b>	Caixa e equiv. de caixa no início do período.....		55.916,85	42.201,09																										
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do período....		39.631,56	55.916,85																										
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																	
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 - (Em Reais)</b>																																	
<p><b>1. Contexto operacional:</b> A Fundação Comunidade Tanac, é uma associação civil de direito privado, de duração ilimitada, sem finalidade lucrativa, com sede em Montenegro-RS, na rua Torbjorn Weibull, nº 199, tendo como finalidade prestar assistência social, material, recreativa e cultural aos empregados, seus familiares e dependentes, da empresa Tanac S.A., suas subsidiárias e controladas, além de atender a outros campos assistenciais e filantrópicos visando o progresso, harmonia e bem-estar coletivos.</p> <p><b>2. Apresentação das demonstrações contábeis:</b> Foram elaboradas obedecendo às Leis 6.404/76 e 11.638/2007 e disposições complementares instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade.</p> <p><b>3. Principais políticas contábeis:</b> As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações: a) As receitas e despesas da entidade foram registradas e reconhecidas pelo regime de competência. b) As disponibilidades são depósitos bancários, reconhecidos ao custo. c) Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, não sendo corrigidos monetariamente, conforme legislação em vigor. d) O passivo circulante demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis na data do balanço. e) O patrimônio social é composto pelos superávits, diminuídos dos</p>					<p>déicits, apurados anualmente, desde a constituição da entidade.</p> <p><b>4. Receitas operacionais:</b> Provenientes de doações da mantenedora, mensalidades de associados e de rendas patrimoniais, aplicadas integralmente nas finalidades institucionais da fundação.</p> <p><b>5. Composição das despesas com atividades desenvolvidas:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas com assistência social (*).....</td> <td>111.698,69</td> <td>266.728,28</td> </tr> <tr> <td>Despesas com manutenção patrimonial .....</td> <td>50.439,12</td> <td>23.637,33</td> </tr> <tr> <td>Cult. de caráter tradicionalista.....</td> <td>(477,00)</td> <td>55.553,08</td> </tr> <tr> <td>Auxílios e subsídios educacionais.....</td> <td>5.367,78</td> <td>5.098,91</td> </tr> <tr> <td>Incentivo práticas esportivas .....</td> <td>5.280,00</td> <td>567,90</td> </tr> <tr> <td>Despesas administrativas.....</td> <td>5.295,75</td> <td>3.589,97</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>177.604,34</b></td> <td><b>355.175,47</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Devido à pandemia causada pelo Covid-19, houve o redirecionamento de verbas para subsidiar aos associados e seus dependentes despesas com assistência médica.</p>						2021	2020	Despesas com assistência social (*).....	111.698,69	266.728,28	Despesas com manutenção patrimonial .....	50.439,12	23.637,33	Cult. de caráter tradicionalista.....	(477,00)	55.553,08	Auxílios e subsídios educacionais.....	5.367,78	5.098,91	Incentivo práticas esportivas .....	5.280,00	567,90	Despesas administrativas.....	5.295,75	3.589,97		<b>177.604,34</b>	<b>355.175,47</b>
	2021	2020																															
Despesas com assistência social (*).....	111.698,69	266.728,28																															
Despesas com manutenção patrimonial .....	50.439,12	23.637,33																															
Cult. de caráter tradicionalista.....	(477,00)	55.553,08																															
Auxílios e subsídios educacionais.....	5.367,78	5.098,91																															
Incentivo práticas esportivas .....	5.280,00	567,90																															
Despesas administrativas.....	5.295,75	3.589,97																															
	<b>177.604,34</b>	<b>355.175,47</b>																															
José Ricardo e Souza - Presidente					João Marcus Von Muhlen - Contador - CRC/RS 086.258/O-7																												
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>																																	
Os membros do Conselho Fiscal, com base nas disposições estatutárias da Fundação, após exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral.																																	
Claiton Antonio Gregory			Marconi André da Silva			Rosani Rosa da Silva			Montenegro, 24 de janeiro de 2022.																								

**BAIXE O APP JC**

DISPONÍVEL NO **Google play**      DISPONÍVEL NA **App Store**

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!**



# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D

## CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

A Administração da CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As informações não financeiras da CEEE-D, o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes. **Destques de 2021.** • O volume de energia faturada no ano cresceu 0,7% em relação a 2020 atingindo 7.804 GWh. • A **Receita Operacional Líquida (ROL)** cresceu 37,5% em 2020, totalizando R\$ 4.888 milhões, reflexo principalmente do reajuste tarifários aplicado em novembro de 2020, do crescimento do volume faturado e dos patamares de bandeiras tarifárias. • Em 2021, a Companhia registrou R\$ 394 milhões de **Prejuízo**, comparado a R\$ 1.623 milhões de prejuízo no exercício anterior. • Em 2021, os índices de **DEC e FEC** da CEEE-D (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 18,1 horas e 9,7 vezes, redução de 9,5% no DEC e de 8,5% no FEC, quando comparados aos índices observados ao final do ano anterior.

#### Mensagem do Presidente

Em 31 de março de 2021 o Grupo Equatorial sagrou-se vencedor do leilão da CEEE-D, realizado na forma do edital de leilão nº 01/2020, assim assumindo o compromisso de transformar a energia que abastece o Rio Grande do Sul. Seguiremos firmes no propósito de transformar a CEEE-D em mais uma distribuidora de referência no setor elétrico. Em menos de meio ano de gestão, já temos alguns resultados importantes a comemorar. O processo de Revisão Tarifária da Companhia homologou uma base de remuneração líquida no montante de 2.953 milhões, um crescimento de 75% em relação a base homologada na revisão anterior. A Companhia concluiu com sucesso o Programa de Demissão Voluntária, obtendo 998 adesões, 46% do quadro vigente. Estas duas conquistas são passos importantes para o reequilíbrio econômico-financeiro da CEEE-D. Do ponto de vista financeiro, a Companhia encerrou o exercício com R\$ 194 milhões em EBITDA e o prejuízo de R\$ 394 milhões, uma redução de 76% em relação ao prejuízo apresentado em 2020. Resultados importantes que apontam para uma melhoria dos indicadores da Companhia e que garantem a continuidade dos investimentos no Rio Grande do Sul com o objetivo de seguir transformando a qualidade da energia recebida pelos gaúchos. Para 2022, entendemos que teremos grandes desafios pela frente. Vamos buscar a recuperação dos indicadores de qualidade no fornecimento e atendimento ao mercado gaúcho, melhoria dos indicadores de perdas de energia e fortalecimento da qualidade da força de trabalho da Companhia.

Raimundo Barreto Bastos Diretor-Presidente

#### Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Rio Grande do Sul. Ambiente econômico e perspectivas no estado do Rio Grande do Sul



RIO GRANDE DO SUL	
Capital	Porto Alegre
Área (km²)	1281.707.149
Número de Municípios	497
População Estimada 2020	11.466.630
Cresc. Estimado 2020 PIB RS*	5,70%
Cresc. Estimado 2020 PIB BR*	3,90%
Part. PIB Sul	37,93%
Densidade demográfica (hab/km²)	39,79 HAB/KM²

\*Dados projetados em out/21. Em 2021, o consumo de energia na região Sul cresceu 5,3%, enquanto o cenário nacional apresentou crescimento de 5,1%. A área de concessão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D apresentou crescimento de 0,7% no consumo de energia, fundamentalmente explicado pelo decréscimo de -2,3% da classe residencial, que representa 39% do total faturado e pelo crescimento nas classes industrial e comercial com crescimentos de 5,1% e 2,8% respectivamente. A CEEE-D possui em sua área de concessão a Capital do estado a qual possui 35,6% do número total de clientes da Companhia, e que representa 40,2% do consumo realizado no mês de dezembro/21. Também possui o município de Rio Grande, que tem o maior porto do Estado, além de uma concentração de indústrias de grande porte próximas dele. Além disso, a segunda maior cidade de sua área de concessão é Pelotas, este município, no mês de dezembro/21 possuía 9,02% do total de clientes da CEEED e representava 7,9% de toda a energia consumida. As atividades industriais mais representativas quanto ao consumo de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos minerais, fabricação de bebidas e de veículos. O agronegócio também possui relevância na sua área de concessão e localiza-se predominantemente na Região Sul do Estado. É caracterizado pelo cultivo de arroz, soja e pela pecuária. **Número de consumidores.** O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 1,26 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	1.520.291	1.500.064	1.480.415	1.461.349	1.426.181
Industrial	9.268	9.641	12.381	13.107	12.868
Comercial	159.169	157.901	155.613	149.953	147.673
Outros	102.820	101.685	100.869	99.892	98.289
<b>Total</b>	<b>1.791.542</b>	<b>1.769.291</b>	<b>1.749.278</b>	<b>1.724.301</b>	<b>1.685.011</b>
<b>Variação</b>	<b>1,26%</b>	<b>1,14%</b>	<b>1,45%</b>	<b>2,33%</b>	

**Mercado atendido. Comportamento do mercado** -A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de 7.804 GWh (7.749 GWh em 2020). O volume de energia faturada cresceu +0,7% em relação ao ano de 2020, sendo impulsionado pelo crescimento das classes Industrial e Comercial, que representam 44% do faturamento, em um crescimento de 3,7%. O crescimento do consumo de energia das classes Industrial e Comercial são reflexos da melhora dos seus indicadores de desempenho. Na área de concessão da CEEE-D, a produção Industrial avançou 6% em relação a 2020, enquanto as vendas no varejo apresentaram um incremento de 3,5% em relação a 2020. A classe residencial, maior classe de consumo da Equatorial CEEE (39%), apresentou um decréscimo de -2,3% no período comparativo. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	3.074.512	3.148.447	3.026.220,25	3.003.534,31	2.913.117,50
Industrial	1.354.278	1.288.525	1.331.184,02	1.406.743,79	1.533.827,97
Comercial	2.067.650	2.010.969	2.275.505,79	2.289.890,93	2.303.879,90
Outros	1.307.615	1.300.731	1.340.869,75	1.443.495,27	1.420.603,37
<b>Total</b>	<b>7.804.055</b>	<b>7.748.672</b>	<b>7.973.780</b>	<b>18.143.664</b>	<b>8.171.429</b>
<b>Variação</b>	<b>0,71%</b>	<b>-2,82%</b>	<b>-2,09%</b>	<b>-0,34%</b>	

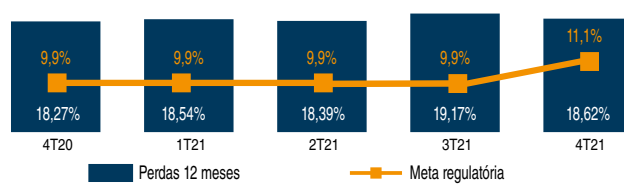
As perdas totais da energia findaram o ano de 2021 no patamar de 18,62%.

#### Balanço energético.

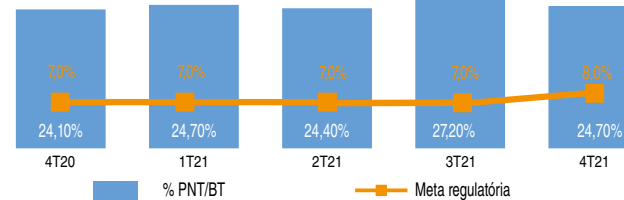
Balanço energético (MWh)	4T20	4T21	Var.	12M20	12M21	Var.
<b>Rio Grande do Sul</b>						
Sistema interligado	2.421.298	2.426.268	0,2%	9.543.079	9.657.108	1,2%
<b>Energia injetada</b>	<b>2.421.298</b>	<b>2.426.268</b>	<b>0,2%</b>	<b>9.543.079</b>	<b>9.657.108</b>	<b>1,2%</b>
Energia distribuída	1.799.106	1.856.238	3,2%	7.748.672	7.804.055	0,7%
Energia de conexão com outras distribuidoras	12.420	12.960	4,3%	50.909	55.344	8,7%
Perdas totais	609.772	557.070	-8,6%	1.743.498	1.797.710	3,1%

**Gestão dos Negócios. Combate às perdas.** Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D alcançou o patamar de 9.657 GWh, aumento de 1,19% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 7.859 GWh, o que representou incremento de 0,77% também em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.798 GWh, equivalente a 18,6% da energia requerida, implicando em aumento de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

#### Perdas totais sobre energia requerida (últimos 12 meses)



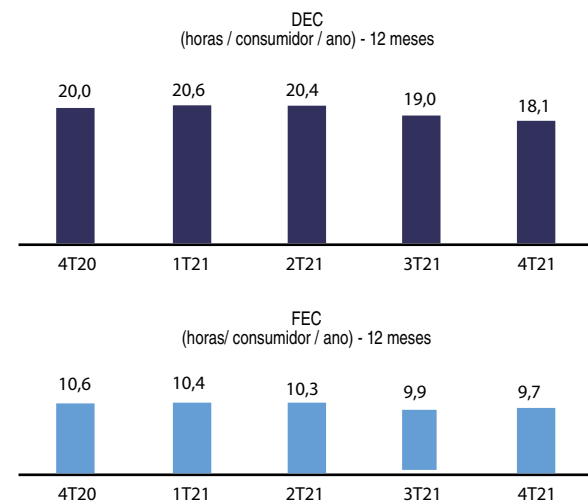
#### Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)



Na CEEE - D, a partir do mês de julho/2021, com o início das operações sob a gestão do Grupo Equatorial, foi intensificada a mudança de método de trabalho de combate a perdas, com foco na expansão das equipes dedicadas ao processo, treinamento e capacitação, além da aplicação de métodos de trabalho mais adequados a realidade desse tipo de operação. Com base em um plano de trabalho específico voltado à redução de perdas, foram retomadas atividades que não estavam no escopo de atuação da empresa com a gestão anterior, a exemplo de recontagem do parque de iluminação pública dos municípios, substituição de medidores defeituosos, expansão de redes para atendimento a áreas de gambiarras. Um outro ponto que merece destaque foi a realização de diagnósticos detalhado, in loco, do perfil das áreas de atuação, definindo o método de trabalho por grau de criticidade, o que embasou, não só as ações desses primeiros meses de gestão Equatorial, mas o planejamento para o médio e longo prazo. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021, as quais foram intensificadas a partir de julho/21, após o início da gestão da CEEE-D pelo grupo Equatorial:

- Ampliação em 100% do número de equipes dedicadas aos projetos de combate a perdas;
- Iniciou-se o processo de regularização das áreas de gambiarras com a realização de extensões de rede e a conexão dos primeiros 600 novos clientes;
- Retomada do cadastramento do parque de Iluminação Pública dos municípios da área de concessão, atividade não realizada pela empresa nos últimos anos, com atuação em 23 cidades;
- Inspeção de 76,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 25,3 mil clientes com deficiência ou fraude na medição em unidades em baixa tensão;
- Substituição de 5,3 mil medidores de unidades em baixa tensão que vinham sendo faturados pelo valor mínimo (custo de disponibilidade).

**DEC e FEC.** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 9,5% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 8,5% em relação ao exercício anterior.



**Assuntos Regulatórios.** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Homologatória nº 2.972/2021 a ANEEL homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2021 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, para o período de 22 de novembro de 2021 a 21 de novembro de 2022, sendo reajustadas as tarifas em média de 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da área de concessão da EQTL CEEE-D. **Relatório de Ações Sociais.** Alinhados a Política de Sustentabilidade do Grupo Equatorial Energia e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D iniciou em 2021 várias iniciativas para aprimoramento do seu papel social. Mesmo ainda em estágio inicial, implantamos programas focados na cultura, orientação a comunidade, inclusão e desenvolvimento social. Balizados pela Plataforma E+, que orienta as iniciativas de Investimento Social do Grupo Equatorial, iniciamos um trabalho de proximidade com as comunidades da nossa concessão com ações de distribuição de lâmpadas, sensibilizando sobre o uso consciente da energia elétrica e ações direcionadas sobre Segurança. **Entre os programas sociais em que a CEEE Grupo Equatorial está envolvida, destacam-se: E+CULTURA.** Em 2021 a CEEE Grupo Equatorial, realizou seu primeiro patrocínio, via Lei de Incentivo Estadual à Cultura: a 67ª Feira do Livro de Porto Alegre, um tradicional e importante evento para a comunidade, ocorrido de 29 de outubro a 15 de novembro de 2021. A Feira contou com 56 bancas onde foram negociadas 149,6 mil unidades de livros, o que representou cerca de R\$ 3 milhões. O evento gerou 230 empregos nas barracas (entre fixos e temporários), sendo 126 mulheres, 101 homens e 1 não-binário. A equipe envolvida na produção da Feira do Livro foi composta por 45 pessoas (40% homens e 60% mulheres). Realizado de forma híbrida, contou com 33 lives acompanhadas por mais de 1,3 mil pessoas ao vivo, e diversas visualizações pós-evento. **E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA.** Foram realizadas duas ações de voluntariado que contaram com a participação de mais de 50 empregados: **• Adoção de 61 cartas em parceria com o Papai Noel dos Correios (Porto Alegre),** através das quais foram doados materiais escolares, roupas, brinquedos, entre outros; **• Doação de 61 cestas básicas para o Banco de Alimentos de Porto Alegre.** **E+ COMUNIDADE.** O Tarifa Baixa Renda, é um dos principais programas sociais do país. Criado pelo Governo Federal para famílias de baixa renda, o programa oferece descontos na conta de energia que podem chegar a até 65% em relação à classe residencial normal. A CEEE Grupo Equatorial aumentou em 40% o número de clientes com benefício à Tarifa Social de Energia Elétrica: foram 23.134 novas famílias cadastradas na tarifa social baixa renda no ano de 2021 e, ainda, 222 novas famílias cadastradas na tarifa rural. **E+ SEGURANÇA.** Sabemos da importância da energia elétrica, um bem tão essencial na vida de milhões de pessoas e que leva desenvolvimento para diversos cantos do mundo. Mas tão importante quanto os benefícios gerados pela eletricidade é saber como usá-la de forma segura. Para que conscientizássemos a população dos perigos que nosso produto pode esconder, levamos ações para as pessoas para que recebam informações claras e diretas. Exemplo disso foi a Campanha de Comunicação e esclarecimentos publicitária com um personagem conhecido do nosso estado: o Guri de Uruguiana com dicas de segurança e economia para o verão, principalmente. **PROJETO LUZES NA CIDADE.** Primeiro projeto de eficiência energética em iluminação pública, E+ Luzes na Cidade, foi realizado na cidade de Carará, seguida de Tramandaí. O projeto consistiu na troca de todas as lâmpadas de iluminação pública da cidade. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 4.888 milhões, 37,5% superior à obtida no ano anterior. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2021, o total de custos e despesas gerenciais e não gerenciais, incluindo depreciação, amortização e custo de construção foi de R\$ 4.849 milhões, aumento de 16,9% na comparação anual. **Custos e despesas operacionais gerenciais.** Em 2021, o total de custos e despesas gerenciais da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros (inclusive Outras despesas não recorrentes) - PMSO, excluindo a PECLD (Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa) e as provisões para contingências, atingiram R\$ 579 milhões. Esse número foi fortemente impactado por efeitos não recorrentes, sendo o valor ajustado no montante de R\$ 659 milhões. Neste ano, a PECLD totalizou R\$ 67 milhões, o que representou uma redução significativa de 60% em comparação a 2020 que encerrou o exercício no montante de R\$ 167 milhões. **EBITDA.** Em 2021, o EBITDA foi positivo em R\$ 194 milhões, comparado a R\$449 milhões negativos no ano anterior. **Resultado financeiro.** Em 2021, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 464 milhões, contra R\$ 1.041 milhões negativos reportados em 2020. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Na CEEE-D, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pela compensação de prejuízos acumulados. No entanto, ressaltamos que no exercício de 2021, assim como no exercício de 2020, a Companhia apurou prejuízo fiscal. **Prejuízo do exercício.** Em 2021, a CEEE-D apurou prejuízo e R\$ 394 milhões, versus um prejuízo de R\$ 1.622 milhões em 2020. **Endividamento.** No fechamento de 2021, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$3.168 milhões. **Investimentos.** Os investimentos diretos da CEEE-D totalizaram R\$106 milhões em 2021 e os investimentos indiretos e sua respectiva revisão no ciclo tarifário foram de R\$324 milhões, totalizando R\$430 milhões que representou um aumento de 183% em relação a 2020.

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7	516.741	54.849	75.028
Aplicações financeiras	8	495.712	-	-
Contas a receber de clientes	9	923.677	737.308	711.166
Almoarifado		15.233	21.849	37.672
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	10	152.734	67.991	99.459
Instrumentos financeiro derivativos	31.4	97	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	326.801	1.083	5.777
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		8.994	6.914	-
Serviços pedidos		32.133	36.865	-
Outros créditos a receber		117.042	168.485	357.067
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.589.164</b>	<b>1.095.344</b>	<b>1.286.169</b>
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber de clientes	9	179.781	88.773	77.934
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	10	266.090	-	-
Instrumentos financeiro derivativos	31.4	20.455	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	734.485	66.673	53.617
Depósitos judiciais	22	200.196	167.621	125.405
Outros créditos a receber		1.877	1.871	1.888
Investimentos		635	3.698	42.457
Ativo financeiro da concessão	13	426.473	253.046	222.738
Imobilizado		69.292	192.359	200.684
Intangível	14	2.103.681	1.619.704	1.790.522
Ativos de contrato	15	120.128	265.544	353.089
Direito de uso		31.490	37.305	45.886
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.154.583</b>	<b>2.696.594</b>	<b>2.914.220</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.743.747</b>	<b>3.791.938</b>	<b>4.200.389</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	23.703	(907.573)	(2.983.614)	(3.867.484)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.622.898)	(1.622.898)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Resultado abrangente - Perdas atuariais	-	(252.512)	-	(252.512)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	23.703	(1.160.085)	(4.606.512)	(5.742.894)
Aumento de capital - nota explicativa nº 25.1	3.362.158	-	-	3.362.158
Prejuízo do exercício	-	-	(394.234)	(394.234)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Recomposição da reavaliação de propriedade para investimento	-	-	9.436	9.436
Resultado abrangente - Ganhos atuariais - nota explicativa nº 30	-	69.367	48.466	117.833
Resultado em hedge accounting de fluxo de caixa - nota explicativa nº 31.4	-	(10.139)	-	(10.139)
Outros resultados abrangentes do exercício	-	(168.494)	168.494	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.385.861</b>	<b>(1.269.351)</b>	<b>(4.774.350)</b>	<b>(2.657.840)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica ("Companhia" ou "CEEE-D"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações). A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km<sup>2</sup>, atendendo, em 31 de dezembro de 2021, 1.791.548<sup>(b)</sup> consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado da B3. (\*) não auditado. **1.1. Mudança de controle acionário da Companhia.** A Companhia era anteriormente controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-Par), que detinha 65,92% do seu capital total. Em 31 de março de 2021, a Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações I) sagrou-se vencedora no processo licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 01/2020 - Alienação de Ações Ordinárias e Preferenciais da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Edital"). Em 27 de maio de 2021, a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.516, anuiu a transferência de controle da CEEE-D à Equatorial Participações, com prazo de implantação da operação de até 120 dias a partir da data do Despacho. Em 31 de maio de 2021, transitou em julgado a operação de compra e venda pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em 05 de julho de 2021, foi aprovado o processo de desestatização da CEEE-D pela ANEEL, através do Despacho nº 1.516, de 27 de maio de 2021. Nesta data, ficou homologado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 3.362.158, com a emissão de 58.574.184 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 57,40 por ação. O capital social da Companhia, após a integralização passou a ser R\$ 3.385.861, representado por 68.254.930 ações nominativas, sem valor nominal. Dessas, 68.090.916 são ações ordinárias e 164.014, ações preferenciais, sem direito a voto. Nos termos do Edital do Leilão, a Equatorial Participações I adquiriu 64.925.900 ações ordinárias e 1.087 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalentes a, aproximadamente, 95,12% do total das ações de emissão da Companhia e, respectivamente, 95,35% das ações ordinárias e 0,66% das ações preferenciais da Companhia, sendo que, dessas ações, 5.317 ações ordinárias de emissão da Companhia estão atualmente bloqueadas judicialmente e serão transferidas à Equatorial Participações I assim que se tornarem livres e desbloqueadas de tal restrição. Em 08 de julho de 2021, a Equatorial Participações I assumiu oficialmente o controle da CEEE-D. Os impactos das reelclassificações das mudanças de práticas contábeis da Companhia decorrentes da alteração de controle acionário estão evidenciados nas notas explicativas nº 6.1 a 6.4. **1.2. Continuidade operacional e desestatização.** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. A Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2021, apresenta capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 356.646 (R\$ 1.069.652, negativo em 31 de dezembro de 2020) e passivo a descoberto no montante de R\$ 2.657.840 (R\$ 5.742.894, em 31 de dezembro de 2020). Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i). Fortalecimento das ações de cobrança; (ii). Aumento do capital social da Companhia em R\$ 3.362.158, conforme apresentado na nota explicativa nº 25.1 - Capital social; (iii). Captações de empréstimos, conforme apresentado na nota explicativa nº 17 - Empréstimos e financiamentos; (iv). Contratação de *Non Deliverable Forward* (NDF) para mitigar o risco de exposição a variação cambial, conforme apresentado na nota explicativa nº 17 - Empréstimos e financiamentos; e (v). Reestruturação e adequação do quadro de pessoal as necessidades e realidade da Companhia, conforme apresentado na nota explicativa nº 21 - Obrigações e encargos sobre folha de pagamento e nº 30 - Benefício pós-emprego. A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu novo controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial Energia S.A., assegurou as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.3. Impactos da Covid-19.** Em março de 2020, foi declarada pela Organização mundial da saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Em 1º de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 928/2021 que restabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19 e revogou as Resoluções Normativas nº 878, nº 886, e nº 891 (revogadas no exercício de 2020). Com essa resolução, ficou novamente vedada a suspensão de fornecimento por inadimplemento para alguns casos, como por exemplo, das unidades consumidoras das subclasses residenciais Baixa Renda e onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Essas medidas estariam vigentes até 30 de julho de 2021, porém com a publicação da Resolução Normativa nº 936/2021, realizada em 15 de junho de 2021, foram prorrogadas por mais 90 dias. Com isso, a Resolução Normativa nº 936/2021, que manteve a proibição de cortes de energia por inadimplência de consumidores residenciais e prestadores de atividades essenciais em função da pandemia, permaneceu vigente até 30 de setembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, não constam vigentes regulamentos que flexibilizem obrigações por motivo atribuível a pandemia. Por ser uma Companhia regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão. Abaixo a Companhia apresenta os principais efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19: (j). Reavaliação dos gastos gerenciais e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do novo cenário; (ii). Sobrecontratação: a Companhia está com um nível de cobertura contratual de 105% que ainda está dentro do limite de repasse para as tarifas; e (iii). Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): A partir de 1º de outubro de 2021, a ANEEL liberou a suspensão de fornecimento de energia para os beneficiários da tarifa social, baixa renda, que estava previsto na Resolução nº 936/2021. Nesse contexto, a Companhia antecipou uma Campanha de Negociação com condições diferenciadas para proporcionar a regularização das dívidas dos clientes Baixa Renda (as resoluções que proibiam a suspensão de fornecimento de energia para outras classes de clientes não permaneceram vigentes no exercício de 2021, portanto não há impacto para este

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado operacional líquido</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	26	4.888.063	3.554.642
Custo de construção	28	(3.452.173)	(2.747.743)
Custo da operação		(509.744)	(151.851)
Custo da operação		(440.927)	(643.004)
Custos de energia elétrica, construção e operação	27	(4.402.844)	(3.542.598)
<b>Resultado bruto</b>		<b>485.219</b>	<b>12.044</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	27	(159.680)	(116.364)
Despesas gerais e administrativas	27	(261.402)	(216.476)
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	27	(66.755)	(166.165)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	41.805	(107.380)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(446.032)</b>	<b>(606.835)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>		<b>39.187</b>	<b>(594.791)</b>
Receitas financeiras	29	679.271	405.738
Despesas financeiras	29	(1.143.091)	(1.446.393)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(463.820)</b>	<b>(1.041.255)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(424.633)</b>	<b>(1.636.046)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	30.399	13.148
Impostos sobre o lucro		30.399	13.148
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(394.234)</b>	<b>(1.622.898)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação ordinária</b>		<b>(509.744)</b>	<b>(167.637)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação preferencial</b>		<b>(5.775.900)</b>	<b>(167.637)</b>
<b>Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)</b>			
		68.255	9.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Prejuízo do exercício</b>	(394.234)	(1.622.898)	
Itens que serão reelclassificados posteriormente para o resultado	-	-	
Resultado em hedge accounting de fluxo de caixa	(10.139)	-	
Resultado abrangente - Ganhos (Perdas) atuariais	69.367	(252.512)	
Outros resultados abrangentes do exercício	(168.494)	-	
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(19.266)	(252.512)	
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>(503.500)</b>	<b>(1.875.410)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(394.234)</b>	<b>(1.622.898)</b>	
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	154.767	146.290	
Baixas do ativo imobilizado e intangível	10.621	34.350	
Atualização do ativo financeiro	(112.612)	(10.111)	
Provisão por redução ao valor recuperável de imobilizado	44.754	-	
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	189.233	279.698	
Resultado em hedge accounting de fluxo de caixa	(63.032)	-	
Ajuste a valor presente	56.304	16.540	
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes	66.755	166.615	
Provisão e atualização de encargos setoriais	19.030	20.327	
Provisão e atualização de riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	451.609	156.124	
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(442.184)	(233.024)	
Rendimentos de aplicações financeiras	(33.851)	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.399)	(13.149)	
Plano de aposentadoria e pensão	76.612	91.323	
Recuperação de despesas	(108.851)	-	
Atualização do PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	(18.183)	-	
Ganho na alienação de bens e direitos	(26.987)	-	
Provisão (Reversão) de impairment de bens e direitos	(38.759)	38.759	
	(199.407)	(929.156)	
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de clientes	(400.436)	(220.136)	
Almoarifado	6.616	15.823	
Impostos e contribuições a recuperar	(14.993)	(15.276)	
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(2.080)	-	
Depósitos judiciais	(32.575)	(42.216)	
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	264.492	
Serviços pedidos	4.732	(36.865)	
Ativos de contrato	-	(124)	
Outros créditos a receber	67.318	188.599	
Fornecedores	(394.629)	29.303	
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	44.884	(9.101)	
Impostos e contribuições a recolher	922.376	1.405.241	
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	270	-	
Plano de aposentadoria e pensão	(109.390)	(156.708)	
Encargos setoriais	(260.446)	(41.594)	
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(60.536)	(100.653)	
Outras contas a pagar	12.091	(143.356)	
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(216.798)</b>	<b>1.137.429</b>	
Juros recebidos	32.518	-	
Juros pagos	(32.977)	(48.581)	
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades operacionais</b>	<b>(416.664)</b>	<b>159.692</b>	
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisições no ativo imobilizado	(11.885)	(2.808)	
Aquisições no ativo intangível	(4.820)	(1.347)	
Aquisições no ativo contratual	(429.119)	(151.851)	
Adição de obrigações especiais	46.183	27.779	
Aplicações financeiras	(461.861)	-	
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(861.502)</b>	<b>(128.227)</b>	
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	92.806	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(729.977)	(132.582)	
Captação de empréstimos e financiamentos	998.783	-	
Captação de debêntures	1.490.015	-	
Amortização do passivo de arrendamento	(18.763)	(11.868)	
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades de financiamento</b>	<b>1.740.058</b>	<b>(51.644)</b>	
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>461.892</b>	<b>(20.179)</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.849	75.028	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	516.741	54.849	
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>461.892</b>	<b>(20.179)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**conformidade.** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2022. **3.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.4.1. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas.** As informações sobre julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 - Contas a receber; Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada; • Nota explicativa nº 9.2 - Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber; Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Receitas</b>			
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	7.387.176	5.927.972	
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes	(66.755)	(166.615)	
Outras receitas	36.775	9.460	
	7.357.196	5.770.817	
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>			
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.961.917)	(2.899.594)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(224.497)	(321.208)	
Perdas de valores ativos	(5.995)	(38.759)	
Outras despesas	(117.673)	(144.918)	
	(4.310.082)	(3.404.479)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>3.047.114</b>	<b>2.366.338</b>	
Depreciação e amortização	(154.767)	(146.290)	
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>2.892.347</b>	<b>2.220.048</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras			



continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

para redução ao valor recuperável; • Nota explicativa nº 10 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros: Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens; • **Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de atualização e atualização do ativo financeiro da concessão; • **Nota explicativa nº 14 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor; • **Nota explicativa nº 20 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda, para ativos e contribuições sociais diferidas temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro; • **Nota explicativa nº 22 - Provisões para processos civis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; • **Nota explicativa nº 26 - Receita operacional líquida:** Quando a Companhia presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados; • **Nota explicativa nº 30 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desobito, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; e • **Nota explicativas nº 31 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos. **(a) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 313 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **4. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.19 – Principais mudanças nas políticas contábeis. **4.1. Moeda estrangeira.** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **4.2. Receita operacional. 4.2.1. Reconhecimento de receita.** A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. A Companhia transfere o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Companhia à medida que a Companhia efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da Companhia cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou (c) o desempenho por parte da Companhia não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia e a Companhia possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita operacional é composta da seguinte forma: **(i) Distribuição.** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Disponibilidade de rede elétrica.** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Construção.** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **4.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. **4.4. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).** O Contrato de Concessão, celebrado entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repositos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica IPCO 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro da concessão. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glossas baseada na experiência da Administração e no histórico de glossas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber, e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **4.5. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros.** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a

revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que ocorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **4.6. Ativos intangíveis. 4.6.1. Contratos de concessão de serviços.** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. **4.6.2. Obrigações especiais.** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. **4.6.3. Outros ativos intangíveis.** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável. **4.6.4. Custos subsequentes.** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **4.6.5. Amortização.** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **4.7. Ativos de contrato.** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do IPCO 01 (R1) - Contratos da Concessão (IPC 01), devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição. **4.8. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **4.9. Encargos regulatórios.** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Encargo estabelece em que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, conforme estabelecido na Lei nº. 9.991/2000, com alterações inseridas pela Lei nº 14.120/2021, os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,20	até 0,06	0,20	0,10	0,28 a 0,40	até 0,12	0,1

• **Conta de desenvolvimento energético (CDE)** - Fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. Nota explicativa nº 10 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para maiores detalhes; • **Encargo de serviços do sistema (ESS)** - Tem como finalidade destinar recursos à cobertura dos custos dos serviços do Sistema Interligado Nacional (SIN), compreende entre outros: custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito; a reserva de potência operativa para a regulação da frequência do sistema e sua capacidade de partida autônoma; a reserva de capacidade superior aos valores de referência estabelecidos para cada gerador, necessária para a operação do sistema de transmissão; e a operação dos geradores como compensadores síncronos, a regulação da tensão e os esquemas de corte de geração e alívio de cargas. O Encargo de Energia de Reserva (EER) representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN. Nota explicativa nº 10 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para maiores detalhes; e • **Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE)** - Destina-se à cobertura do custeio das atividades da ANEEL e tem sua metodologia de cálculo detalhada no Submódulo 5.5. do Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997 e posteriormente alterada pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu o valor de 0,5% para 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária. Nota explicativa nº 10 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para maiores detalhes. Esses encargos são apresentados como dedução da receita de uso do sistema de distribuição na demonstração do resultado. **4.10. Receitas e despesas financeiras.** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita e despesas de juros; • Rendimento de aplicações financeiras; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado; • Descontos concedidos e obtidos; e • Outras receitas e despesas financeiras. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **4.11. Benefícios a empregados. 4.11.1. Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.11.2. Planos de contribuição definida.** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **4.11.3. Planos de benefício definido.** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios seguintes. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **4.12. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **4.12.1. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo

simultaneamente. **4.12.2. Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são ajustados na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **4.13. Instrumentos financeiros. 4.13.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.13.2. Classificação e mensuração subsequente. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um decasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objeto do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento presente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas.** **Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Instrumentos de dívida a VJORA** **Instrumentos patrimoniais a VJORA** **(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **4.13.3. Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(c) Reforma na taxa de juros.** Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. **4.13.4. Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.13.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge.** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) Hedge diretamente afetados pela reforma da taxa de juros de referência.** A Companhia altera a descrição do instrumento de *hedge* apenas se as seguintes condições forem satisfeitas: • Há uma alteração exigida pela reforma da IBOR, alterando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* ou usando outra abordagem que seja economicamente equivalente à alteração da base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* original; e • O instrumento de *hedge*

continua

continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

original não é desconhecido. **(b) Hedge de fluxo de caixa.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9), no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, vide nota explicativa nº 31.4 – Instrumentos financeiros derivativos. **4.14. Capital social. 4.14.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **4.14.2 Ações preferenciais.** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **4.15. Redução ao valor recuperável (Impairment). 4.15.1. Ativos financeiros não derivativos.** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 31.5.g – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **4.15.2. Ativos financeiros com problemas de recuperação.** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização. **4.15.3. Ativos não financeiros.** A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que, através das análises sobre os indicadores de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros, não há complemento da provisão. O valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **4.16. Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, com exceção dos parcelamentos, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **4.17. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **4.17.1. Provisões para riscos cívicos, fiscais, trabalhistas e regulatórios.** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4.17.2. Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber.** A Companhia adota o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* das faturas de energia elétrica e parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com cada faixa do *aging list*. A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência de cobrança adotada pela Companhia. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes individuais. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **4.18. Demonstração do valor adicionado (DVA).** A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **4.19. Principais mudanças nas políticas contábeis. 4.19.1. Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021.** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **(a). Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscita incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não possui relações de *hedge* de taxas de juros. **(b). Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.** A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **4.19.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: **(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são representados. **(b) IFRS 17 - Contratos de seguro.** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de

seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia. **(c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **(d). Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS. *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da delimitação de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **(e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **(f). Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia não espera impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e • Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. **5. Assuntos regulatórios: 5.1. Bandeiras tarifárias.** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8- Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse modo, as Companhias devedoras passaram a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB) apenas as receitas excedentes. Já as Companhias credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração atua, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem. Anualmente e ao final do período úmido (abril), a ANEEL irá definir o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao SIN. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), Medida Provisória nº 1.055/2021, com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$14.20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 0,04/kWh, vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 0,09/kWh, amarela, com acréscimo de R\$ 0,02/kWh e verde, sem acréscimo. O reconhecimento de receita ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita e, refere-se, ao total faturado de bandeira tarifária conforme acordo do mês, bem como os valores a receber ou a repassar da CCRBT. Em 2021 e 2020, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da bandeira	
	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Mai	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Vermelha Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Vale ressaltar que o Despacho nº 1.511, de 01 de junho de 2020, suspendeu em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do PRORET; e acionou bandeira verde, até a data citada, consoante ao período estipulado no Decreto nº 10.350/2020, para cobertura dos custos do setor elétrico do setor elétrico com recursos da Conta-Covid. Em 1º de dezembro de 2020, o Despacho nº 1.511/2020 foi revogado por meio do Despacho nº 3.364/2020 reativando a sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias a partir de 1º de dezembro de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 426.380 (R\$ 40,371 em 31 de dezembro de 2020) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 400,102 (R\$ 27.832 em 31 de dezembro de 2020) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 26.278 (R\$ 12.539 em 31 de dezembro de 2020) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (COEE). **5.2. Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios.** O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulação/vedação de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como: Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. **5.3. Sobrecontratação de energia.** De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral das tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017. O decreto nº 5.163/2004, regulamenta o limite de 105% que trata das regras de comercialização e da sobrecontratação, determina, o repasse para o consumidor, o custo integral dos contratos de compra de energia, posteriormente é limitado esses custos a 105% do mercado regulatório. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit (MCSZ) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 904/2020, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARS). **5.4. Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2021.** A ANEEL, em Reunião de Diretoria pública, aprovou a Revisão Tarifária Periódica 2021 da CEEE-D, a ser aplicada desde 22 de novembro de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.972/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 14,62% nas cotas de energia. **5.5. Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.** Para incentivar os consumidores a observar o desperdício de energia elétrica e diminuir o consumo, o Governo Federal lançou um programa que dará descontos para aqueles que reduzirem, voluntariamente, os gastos com energia. É o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, criado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, que entrou em vigor em 1º de setembro de 2021, com o objetivo de incentivar os clientes/consumidores a economizarem energia. **6. Apresentação dos valores correspondentes:** A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando aprimoramento nas suas divulgações a fim de manter a mesma base comparativa, em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, procedeu às reclassificações em seu balanço patrimonial correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e das demonstrações do resultado, do fluxo de caixa e do valor adicionado para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o prejuízo do exercício.

## 6.1. Reclassificação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

	2020 (Apresentado)	Reclassificações	2020 (Reapresentado)
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.092.139</b>	<b>3.205</b>	<b>1.095.344</b>
Impostos e contribuições a recuperar (a)	7.997	(6.914)	1.083
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar (a)	-	6.914	6.914
Serviços pedidos (b)	-	36.865	36.865
Outros créditos a receber (b) (c)	202.145	(33.660)	168.485
Demais ativos circulantes	881.997	-	881.997
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.922.723</b>	<b>(226.129)</b>	<b>2.696.594</b>
Intangível (d)	1.801.473	(181.769)	1.619.704
Demais de contrato (d)	309.904	(44.360)	265.544
Demais ativos não circulantes	811.346	-	811.346
<b>Total de ativos</b>	<b>4.014.862</b>	<b>(222.924)</b>	<b>3.791.938</b>

	2020 (Apresentado)	Reclassificações	2020 (Reapresentado)
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.161.791</b>	<b>3.205</b>	<b>2.164.996</b>
Fornecedores	729.458	(13.319)	716.139
Empréstimos e financiamentos	65.950	81.117	147.067
Impostos e contribuições a recolher (e)	490.762	(336)	490.426
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher (e)	-	336	336
Obrigações com partes relacionadas (f)	81.117	(81.117)	-
Outras contas a pagar (g)	206.778	16.524	223.302
Demais passivos circulantes	587.726	-	587.726
<b>Passivo não circulante</b>	<b>7.595.965</b>	<b>(226.129)</b>	<b>7.369.836</b>
Empréstimos e financiamentos (f)	185.180	231.899	417.079
Obrigações da concessão (d)	366.914	(226.129)	140.785
Obrigações com partes relacionadas (f)	231.899	(231.899)	-
Demais passivos não circulantes	6.118.992	-	6.118.992
<b>Passivo a descoberto</b>	<b>(5.742.894)</b>	<b>-</b>	<b>(5.742.894)</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>4.014.862</b>	<b>(222.924)</b>	<b>3.791.938</b>

(a) Reclassificações para correção da classificação dos saldos de impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar, anteriormente apresentados em Impostos e contribuições a recuperar; (b) Reclassificações para correção da classificação dos saldos de Serviços pedidos, anteriormente apresentados em Outros créditos a receber no montante de R\$ 36.865; (c) Reclassificações decorrentes da apresentação líquida dos saldos referente a partes relacionadas nas rubricas de outros créditos a receber e outras contas a pagar, no montante de R\$ 3.205 e da abertura da linha de serviços pedidos, no montante de R\$ 36.865; (d) Reclassificações de obrigações especiais no montante de R\$ 226.129 da linha de obrigações da concessão para as rubricas de ativos de contrato, no montante de R\$ 44.360 e na rubrica do ativo intangível, no montante de R\$ 181.769, para fins de aderência à política adotada pelo novo controlador e práticas contábeis adotadas no Brasil; (e) Reclassificações para correção da classificação dos saldos de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher, anteriormente apresentados em Impostos e contribuições a recolher; (f) Reclassificação de operações de mútuo, anteriormente apresentados na rubrica de obrigações com partes relacionadas e reclassificado para rubrica de empréstimos e financiamentos; e (g) Reclassificações decorrentes da apresentação líquida dos saldos referente a partes relacionadas nas rubricas de outros créditos a receber e outras contas a pagar e dos saldos de cauções em garantias anteriormente apresentados em fornecedores.

## 6.2. Reclassificação da demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2020

	2020 Apresentado	Reclassificações	2020 Reapresentado
Receita operacional líquida (a)	<b>3.514.445</b>	<b>40.197</b>	<b>3.554.642</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(2.747.743)	-	(2.747.743)
Custo de construção	(151.851)	-	(151.851)
Custo da operação (b)	(674.995)	31.991	(643.004)
Custos de energia elétrica, construção e operação	<b>(3.574.589)</b>	<b>31.991</b>	<b>(3.542.598)</b>
Resultado bruto	<b>(60.144)</b>	<b>72.188</b>	<b>12.044</b>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas (c)	(167.204)	50.840	(116.364)
Despesas gerais e administrativas (d)	(149.634)	(66.842)	(216.476)
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável (e)	-	(166.615)	(166.615)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (c)	(307.096)	199.716	(107.381)
Total de despesas operacionais	<b>(623.934)</b>	<b>17.099</b>	<b>(606.835)</b>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	<b>(684.078)</b>	<b>89.287</b>	<b>(594.791)</b>
Receitas financeiras (f)	411.819	(6.081)	405.738
Despesas financeiras (f)	(1.363.787)	(83.206)	(1.446.993)
Resultado financeiro	<b>(951.968)</b>	<b>(89.287)</b>	<b>(1.041.255)</b>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>(1.636.046)</b>	<b>-</b>	<b>(1.636.046)</b>
Impostos sobre lucro	13.148	-	13.148
Prejuízo do exercício	<b>(1.622.898)</b>	<b>-</b>	<b>(1.622.898)</b>

(a) Impacto líquido de R\$ 40.197 para fins de aderência e melhor comparabilidade às práticas adotadas pelo novo controlador, decorrentes dos seguintes fatores: (i) uso mútuo de poste no valor de R\$ 53.128, anteriormente apresentado na rubrica de outras receitas operacionais e reclassificado para outras receitas; e (ii) (R\$ 12.931) decorrente de saldos de tributos estaduais e federais anteriormente classificados como outras despesas operacionais e reclassificados para deduções da receita; (b) relacionadas aos seguintes assuntos: (i) rateio entre custos e despesas de vendas para itens de serviços de terceiros no valor de R\$ 57.192, materiais no valor de R\$ 818, pessoal no valor de R\$ 56.109 e outras no valor de R\$ 2.257, totalizando R\$ 116.376; e (ii) deste total houve reclassificação no valor de (R\$ 84.385), referentes a tributos, para outros custos, anteriormente classificados como outras despesas operacionais; (c) Reclassificações para melhor comparabilidade e aderência às práticas adotadas pelo novo controlador, principalmente relacionadas aos seguintes assuntos: (i) rateio entre custos e despesas de vendas para itens de serviços de terceiros no valor de (R\$ 57.192), materiais no valor de (R\$ 818), pessoal no valor de (R\$ 56.109) e outras no valor de (R\$ 2.257), totalizando (R\$ 116.376); (ii) deste montante houve reclassificação para perdas esperada por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 166.615, anteriormente classificado como despesas de vendas; (iii) deste resultado de R\$ 50.239 houve reclassificação de R\$ 412, referentes a despesas de pessoal, para despesas administrativas; e (iv) resultado de R\$ 189 para outras despesas operacionais, obtendo resultado da reclassificação de R\$ 50.840. (d) Reclassificações para melhor comparabilidade e aderência às práticas adotadas pelo novo controlador, relacionadas aos seguintes assuntos: (i) reclassificação de provisão e reversões para processos cívicos, fiscais e trabalhistas para despesas gerais e administrativas, no valor de R\$ 66.837, anteriormente classificado como outras despesas operacionais; (ii) esse saldo somado à reclassificação de R\$ 412, referentes a despesas de pessoal, anteriormente classificados como despesas com vendas; e (iii) deste resultado de R\$ 67.249 houve reclassificação de (R\$ 407), referentes a outras despesas administrativas, para outras despesas operacionais, obtendo resultado da reclassificação de R\$ 66.842. (e) Reclassificações para melhor comparabilidade e aderência às práticas adotadas pelo novo controlador, relacionadas aos seguintes assuntos: (i) reclassificação de provisão e reversões para processos cívicos, fiscais e trabalhistas para despesas gerais e administrativas, no valor de R\$ 66.837; (ii) desse montante houve reclassificação de (R\$ 189), anteriormente classificados como despesas com vendas e de (iii) reclassificação de (R\$ 407), anteriormente classificados como despesas

continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

## 6.4. Reclassificação da demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2020

	Reapresentado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas (a)	3.953.417	1.817.400	5.770.817
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) (a) / (b)	(2.183.833)	(1.220.646)	(3.404.479)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.769.584</b>	<b>596.754</b>	<b>2.366.338</b>
Depreciação e amortização (b) (c)	(276.960)	130.670	(146.290)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>1.492.624</b>	<b>727.424</b>	<b>2.220.048</b>
Valor adicionado recebido em transferência	190.973	218.544	409.427
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.683.597</b>	<b>945.878</b>	<b>2.629.475</b>
<b>Distribuição do valor aplicado</b>			
Empregados	320.007	99.076	419.083
Tributos (c)	1.727.741	656.888	2.384.629
Remuneração de capitais de terceiros	1.074.322	374.339	1.448.661
Remuneração de capitais próprios	(1.438.473)	(184.425)	(1.622.898)
<b>Valor aplicado total</b>	<b>1.683.597</b>	<b>945.878</b>	<b>2.629.475</b>

(a) Efeito das reclassificações na receita bruta e custo do serviço decorrentes de: (i) correção da classificação dos saldos de disponibilidade – uso de rede e uso mútuo de poste; (ii) reclassificação de saldos referentes ao recebimento de CCRBT; e (iii) reclassificações decorrente de saldos de tributos estaduais e federais; (b) Reclassificação para linha de insumos adquiridos de terceiros dos saldos de provisões diversas, apresentados anteriormente na linha de depreciação e amortização; e (c) Reclassificação para a linha de tributos decorrente, principalmente, de provisões de encargos setoriais anteriormente apresentados em provisões diversas, na linha de depreciação e amortização.

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>38.771</b>	<b>30.679</b>
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB (a)	477.970	24.170
<b>Subtotal de equivalentes de caixa</b>	<b>477.970</b>	<b>24.170</b>
<b>Total</b>	<b>516.741</b>	<b>54.849</b>

### 9. Contas a receber de clientes - 9.1 Composição dos saldos

	2021				2020			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	166.005	111.773	360.762	638.540	134.833	81.424	333.751	550.008
Industrial	7.240	6.576	67.784	81.600	5.949	69.049	80.651	80.651
Comercial	78.912	32.851	187.272	299.035	58.452	24.815	175.299	258.566
Rural	17.334	8.493	24.283	50.110	11.428	5.971	23.588	40.987
Poder público	13.082	1.940	43.087	58.109	9.511	1.383	46.302	56.926
Iluminação pública	15.223	1.777	33.657	50.657	9.778	568	75.467	85.813
Serviço público	14.483	31	14	14.528	10.126	83	57	10.266
Contas a receber de consumidores faturados	312.279	163.441	716.859	1.192.579	239.781	120.193	723.243	1.083.217
Residencial	117.337	14.592	79.334	211.263	83.890	9.728	58.980	152.598
Industrial	7.279	289	24.446	32.014	3.328	342	24.124	27.794
Comercial	66.897	20.314	53.585	140.796	66.776	20.333	36.910	126.019
Rural	5.198	1.786	7.721	14.705	4.044	315	7.134	11.493
Poder público	163.357	5.328	6.189	174.874	14.627	5.812	6.192	26.631
Iluminação pública	53.990	31.569	24.824	110.383	61.287	33.671	23.923	118.881
Serviço público	133	5	5	133	32	5	5	32
Concessionárias e permissionárias	5	5	5	15	5	5	5	15
Parcelamentos (a)	414.196	73.878	196.099	684.173	235.984	70.201	157.263	463.448
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	267.435	–	–	267.435	204.974	–	–	204.974
(-) AVP Contas a receber – Parcelamentos (c)	(112.617)	–	–	(112.617)	(56.313)	–	–	(56.313)
Baixa renda (d)	3.867	–	–	3.867	1.933	–	–	1.933
Outras	27.357	–	–	27.357	14.529	–	–	14.529
<b>Total</b>	<b>912.517</b>	<b>237.319</b>	<b>912.958</b>	<b>2.062.794</b>	<b>640.888</b>	<b>190.394</b>	<b>880.506</b>	<b>1.711.788</b>
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(435.552)	(107.128)	(416.656)	(959.336)	(343.971)	(95.375)	(446.361)	(885.707)
Total contas a receber clientes	476.965	130.191	496.302	1.103.458	296.917	95.019	434.145	826.081
Circulante	–	–	–	–	–	–	–	737.308
Não circulante (e)	–	–	–	–	–	–	–	88.773

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores dos juros são reconhecidos no recebimento da parcela, por isso não há necessidade de aplicação do ajuste a valor presente. O aumento dos saldos a vencer, em relação a 2020, refere-se às negociações realizadas após a aquisição pelo Grupo Equatorial, principalmente, com a Prefeitura de Pelotas, e aumento dos saldos vencidos a mais de 90 dias é decorrente do crescimento da inadimplência dos clientes varjistas; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de energia não faturada foi de R\$ 204.694 (R\$ 188.515 em 31 de dezembro de 2020), além disso, houve efeito da bandeira tarifária de R\$ 43.356 (R\$ 5.392 em 31 de dezembro de 2020), dos impostos PIS e COFINS no montante de R\$ 3.515 e R\$ 16.220 (R\$ 2.018 e R\$ 9.288 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente. O valor total é apresentado líquido do consumo próprio de energia no montante de R\$ (350) em 31 de dezembro de 2021 (R\$ (239) em 31 de dezembro de 2020); (c) O saldo de AVP refere-se aos juros futuros dos parcelamentos da CEEE. Os juros dos parcelamentos são reconhecidos no momento da realização do parcelamento, assim sendo, os valores são deduzidos dos saldos parcelados; (d) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e (e) Refere-se aos saldos de parcelamentos a vencer a partir de janeiro 2023, no valor de R\$ 292.398 (R\$ 145.986 em 31 de dezembro de 2020), apresentados líquidos do AVP, no montante de R\$ (112.617) (R\$ (56.313) em 31 de dezembro de 2020). Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

### 10. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

Parcela A	2020	Constituição	Amortizações	Atualização	Recebimento CCRBT (f)	Créditos de PIS/COFINS	Reclassif-cações (h)	2021
CDE - conta de desenvolvimento energético	1.371	5.628	217	486	–	–	–	7.702
Transp. Itaipu	8.492	(2.300)	(6.202)	96	–	–	–	86
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	5.717	10.319	9.773	210	–	–	(15.881)	10.138
Rede básica (a)	75.143	32.873	(50.844)	2.014	–	–	–	59.186
Compra de energia CVA (b)	267.064	353.873	(237.280)	15.592	(440.621)	–	–	399.249
ESS – encargos do serviço do sistema (c)	(73.907)	288.799	60.220	2.082	–	–	–	277.194
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A (d)	(75.846)	–	83.698	–	–	–	–	7.852
Outros (g)	182.844	–	–	–	–	–	(182.844)	–
<b>Total</b>	<b>390.878</b>	<b>689.192</b>	<b>(140.418)</b>	<b>20.480</b>	<b>(440.621)</b>	<b>–</b>	<b>241.896</b>	<b>761.407</b>
<b>Itens financeiros</b>								
Sobrecontratação de energia (e)	8.061	(104.325)	(279)	(879)	–	–	–	(97.422)
Neutralidade	10.861	49.263	(14.443)	175	–	–	–	45.856
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(46.377)	(37060)	29.246	–	–	–	–	(54.191)
Compensação créditos PIS/COFINS – Nota explicativa nº 23	–	14.506	–	–	–	(14.506)	–	–
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A (d)	(125.669)	–	71.101	–	–	–	–	(54.568)
Outros (g)	(169.763)	(311.812)	184.690	(7253)	–	–	121.880	(182.258)
<b>Total</b>	<b>(322.887)</b>	<b>(389.428)</b>	<b>270.315</b>	<b>(7.957)</b>	<b>–</b>	<b>(14.506)</b>	<b>121.880</b>	<b>(342.583)</b>
<b>Total</b>	<b>67.991</b>	<b>299.764</b>	<b>129.897</b>	<b>12.523</b>	<b>(440.621)</b>	<b>(14.506)</b>	<b>363.776</b>	<b>418.824</b>
Circulante	584.912	–	–	–	–	–	–	827.235 (674.501)
Valores a receber	584.912	–	–	–	–	–	–	152.734
Valores a pagar	(516.921)	–	–	–	–	–	–	390.769 (124.679)
Efeito líquido ativo (passivo)	67.991	–	–	–	–	–	–	266.090 (342.583)
Não circulante	–	–	–	–	–	–	–	418.824
Valores a receber	–	–	–	–	–	–	–	–
Valores a pagar	–	–	–	–	–	–	–	–
Efeito líquido ativo (passivo)	–	–	–	–	–	–	–	–
Efeito líquido total	67.991	–	–	–	–	–	–	–

(a) O saldo da compensação de variação de valores de itens da parcela A da rede básica foi afetado pela constituição da CVA ESS, cujo valor foi positivo em virtude do aumento das tarifas pagas de transporte de energia elétrica, fazendo com que as despesas sejam superiores às coberturas vigentes, gerando uma constituição ativa; (b) O saldo de compra de energia foi impactado pelo aumento dos custos da operação do efeito da contratação por disponibilidade e do risco hidrológico, resultantes dos custos repassados à distribuidora para o atendimento do seu mercado, gerando uma CVA positiva no exercício de R\$ 353.873; (c) O Encargo de Serviço do Sistema (ESS) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a conta de ESS resultou em uma constituição ativa de R\$ 288.799, sendo R\$ 362.759 referente à constituição da CVA ESS, R\$ (52.750) referente ao passivo do excedente financeiro de energia de reserva e R\$ (21.210) referente ao repasse de bandeira ESS; (d) Referem-se aos saldos em processo de amortização da Conta-Covid, conforme Despachos 2.177/2020, 2.353/2020 e 2.640/2020 publicados pela ANEEL, conforme exposto na nota explicativa nº 14 – Conta-Covid, em 31 de dezembro de 2021 o total amortizado foi de R\$ 154.799; (e) A constituição do saldo de R\$ (104.325) deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R\$ 313,62/MWh superior ao preço médio de compra de energia da distribuidora 239,37 R\$/MWh e também a constituição de um ativo de sobrecontratação no valor de R\$ 32.822; (f) No exercício houve o recebimento CCRBT no montante de R\$ 440.621 (R\$ 400.102 efetivamente faturado no ano de 2021, conforme nota explicativa nº 5.1 e R\$ 40.519 de recebimento referente dezembro de 2020). A bandeira tarifária é uma forma de antecipação do reajuste seguinte, quando ocorre o faturamento de bandeira tarifária ou mesmo recebimento via conta centralizadora (CCRBT), onde tais valores são baixados da receita de CVA, para não cobrar futuramente no reajuste. Para maiores informações, veja detalhamento na nota explicativa nº 31.5.g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico); (g) Os saldos de outros ativos e passivos regulatório são compostos pelas seguinte movimentações: risco hidrológico no valor R\$ (163.526), repasse Itaipu, no valor de R\$ (49.333), reversão de créditos de rescisão contratual e migração de consumidores (conforme resoluções normativas nº 376/2009 e 414/2010), no valor de R\$ (9.100), conselho de Consumidores R\$ (915), pelo valor Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica R\$ 28.587, pelo valor do Repasse de Ultrapassagem de Supridas/Permissórias de Energia R\$ 4.212 e pelo valor do saldo compensar da Parcela A R\$ 7.815; e (h) O montante de R\$ 363.776 de reclassificações referem-se às seguinte movimentações: (i) transferência no valor de R\$ (15.881), referentes a quotas de custeio e energia, anteriormente classificadas com as amortizações, em outras contas a receber; (ii) reclassificação do recebimento CCRBT, no valor de R\$ 440.621, anteriormente contabilizado com

(a) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a 101,42% do CDI.

### 8. Aplicações financeiras

	2021	2020
<b>Fundo de investimento (a)</b>		
Cotas de fundos de investimento	495.712	–
<b>Total</b>	<b>495.712</b>	<b>–</b>

(a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para atear o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 102,7% do CDI.

	2021				2020			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	166.005	111.773	360.762	638.540	134.833	81.424	333.751	550.008
Industrial	7.240	6.576	67.784	81.600	5.949	69.049	80.651	80.651
Comercial	78.912	32.851	187.272	299.035	58.452	24.815	175.299	258.566
Rural	17.334	8.493	24.283	50.110	11.428	5.971	23.588	40.987
Poder público	13.082	1.940	43.087	58.109	9.511	1.383	46.302	56.926
Iluminação pública	15.223	1.777	33.657	50.657	9.778	568	75.467	85.813
Serviço público	14.483	31	14	14.528	10.126	83	57	10.266
Contas a receber de consumidores faturados	312.279	163.441	716.859	1.192.579	239.781	120.193	723.243	1.083.217
Residencial	117.337	14.592	79.334	211.263	83.890	9.728	58.980	152.598
Industrial	7.279	289	24.446	32.014	3.328	342	24.124	27.794
Comercial	66.897	20.314	53.585	140.796	66.776	20.333	36.910	126.019
Rural	5.198	1.786	7.721	14.705	4.044	315	7.134	11.493
Poder público	163.357	5.328	6.189	174.874	14.627	5.812	6.192	26.631
Iluminação pública	53.990	31.569	24.824	110.383	61.287	33.671	23.923	118.881
Serviço público	133	5	5	133	32	5	5	32
Concessionárias e permissionárias	5	5	5	15	5	5	5	15
Parcelamentos (a)	414.196	73.878	196.099	684.173	235.984	70.201	157.263	463.448
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	267.435	–	–	267.435	204.974	–	–	204.974
(-) AVP Contas a								

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

14.1 Movimentação do ativo intangível

	2020			2021				
	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	Reclassificação (c)	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	Reclassificação (c)
Em serviço	3.571.481	4.820	(12.476)	489.655	267.000	4.320.480	267.000	4.320.480
(-) Amortização	(1.770.008)	(133.530)	5.629	-	(138.246)	(2.036.155)	-	(2.036.155)
Total em serviço	1.801.473	(128.710)	(6.847)	489.655	128.754	2.284.325	128.754	2.284.325
Obrigações especiais em serviço (b)	(256.696)	-	-	(34.851)	26.570	(265.003)	(231.236)	(256.696)
(-) Amortização	74.927	9.406	-	-	-	84.359	-	84.359
Total em obrigações especiais	(181.769)	9.406	-	(34.851)	26.570	(180.644)	(181.769)	(180.644)
Total	1.619.704	(119.304)	(6.847)	454.804	155.324	2.103.681	148.751	2.103.681

	2019			2020				
	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	Reclassificação (c)	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	Reclassificação (c)
Em serviço	3.460.293	1.347	(63.601)	174.211	(769)	3.571.481	174.211	(769)
(-) Amortização	(1.669.771)	(131.004)	30.767	-	-	(1.770.008)	-	-
Total em serviço	1.790.522	(129.657)	(32.834)	174.211	(769)	1.801.473	174.211	(769)
Obrigações especiais em serviço (b)	-	-	-	(25.460)	(231.236)	(256.696)	(25.460)	(231.236)
(-) Amortização	-	9.142	-	-	65.785	74.927	-	65.785
Total em obrigações especiais	-	9.142	-	(25.460)	(165.451)	(181.769)	(25.460)	(165.451)
Total	1.790.522	(120.515)	(32.834)	148.751	(166.220)	1.619.704	148.751	(166.220)

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (c) Em 31 de dezembro de 2021, correspondem aos valores de PIS/COFINS, que durante o processo de avaliação dos custos das obras, identificou-se que os serviços e materiais alocados foram contabilizados líquidos desses impostos, entretanto, os custos incorridos para adquirir um ativo foram registrados pelo valor de aquisição. Desta forma, houve a reclassificação do montante para os ativos incorporados no exercício no valor de R\$ 54.395, sendo R\$ 62.136 para intangível em serviço e (R\$ 7.741), para amortizações. Além disso, houve reclassificação de saldos do imobilizado, no montante de R\$ 74.359, sendo R\$ 204.864, para intangível em serviço, e R\$ (130.505), para amortizações, e de obrigações especiais, no montante de R\$ 26.570, sendo R\$ 19.506, para o ativo financeiro da concessão, e R\$ 7.064, para ativos de contrato. A Companhia concluiu suas análises de impairment e não identificou complemento de provisão sobre o valor recuperável dos ativos.

15. Ativos de contrato: A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Transferências (b)				Reclassificação (d)	2021
	2020	Adições (c)	Intangível	Financeiro		
Ativos de contrato	309.904	429.119	(489.655)	(776.111)	8.660	180.417
Obrigações especiais (a)	(44.360)	(46.183)	34.851	2.467	(7064)	(60.289)
Total	265.544	382.936	(454.804)	(75.144)	1.596	120.128

	Transferências				Outros	2020
	2019	Adições	Intangível	Financeiro		
Ativos de contrato	353.089	151.851	(174.211)	(19.854)	(971)	309.904
Obrigações especiais (a)	-	(27.779)	25.460	-	(42.041)	(44.360)
Total	353.089	124.072	(148.751)	(19.854)	(43.012)	265.544

(a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (c) Em 2021, a Companhia aplicou os critérios de apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, incorrendo incremento no custo na ordem de R\$ 150.236; e (d) Correspondem aos valores de PIS/COFINS, que durante o processo de avaliação dos custos das obras, identificou-se que os serviços e materiais alocados foram contabilizados líquidos desses impostos, entretanto, os custos incorridos inicialmente para adquirir um ativo foram registrados pelo valor de aquisição. Desta forma, houve a reclassificação do montante para os ativos incorporados no período, no valor de R\$ 6.660. O valor de R\$ (7.064) refere-se a saldos de obrigações especiais reclassificados do ativo intangível, após a mudança de controle da Companhia. A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de impairment, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. 16. Fornecedores

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	576.912	716.139	576.912	716.139
Suprimento de energia elétrica (a)	446.099	376.997	446.099	376.997
Encargos de uso da rede elétrica	56.256	68.620	56.256	68.620
Materiais e serviços (b)	72.550	94.771	72.550	94.771
Partes relacionadas – nota explicativa nº 12	2.007	175.752	2.007	175.752
Total circulante	576.912	716.139	576.912	716.139
Não circulante	-	250.326	-	250.326
Partes relacionadas – nota explicativa nº 12	-	250.326	-	250.326
Total não circulante	-	250.326	-	250.326

Total fornecedores 576.912 966.465

(a) O aumento na conta de suprimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2021, ocorreu devido aos custos das operações com a CCEE referentes ao efeito disponibilidade, da contratação de cotas de garantia e exposição financeira terem aumentado a despesa em R\$ 16.670. Referente aos contratos de energia, as despesas aumentaram no montante de R\$ 53.036, tendo como principal aumento as despesas com a parcela variável dos contratos por disponibilidade devido o acionamento das usinas termoeletricas; e (b) O saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, referentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia. 17. Empréstimos e financiamentos: 17.1. Composição do saldo:

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	2021		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda estrangeira (US\$)</b>					
Bank Of America (BOFA)	CDI + 1,50%	Aval	934	271.725	272.659
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC)	CDI + 1,45%	Aval	2.283	267.522	269.805
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) (a)	4,81%	Aval	376.038	-	376.038
Total moeda estrangeira US\$			379.255	539.247	918.502
<b>Moeda nacional</b>					
CEEE-T – Mútuo (b)	100% do CDI	-	187.180	-	187.180
Notas promissórias	CDI + 1,40%	Aval	-	514.339	514.339
Subtotal			187.180	514.339	701.519
(-) Custo de Captação			(417)	(695)	(1.112)
Total moeda nacional			186.763	513.644	700.407
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>			566.018	1.052.891	1.618.909

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	2020		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda estrangeira (US\$)</b>					
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) (a)	4,81%	Aval	272.121	346.308	373.520
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (a)	1,22%	Aval	36.714	523.923	560.637
Total moeda estrangeira US\$			63.926	870.231	934.157
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	5,00%	Recebíveis	2.024	7.929	9.953
CEEE-T – mútuo (b)	100% do CDI	-	81.117	231.899	313.016
Total moeda nacional			83.141	239.828	322.969
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>			147.067	1.110.059	1.257.126

(a) Os Contratos de financiamento com AFD e BID previam a liquidação antecipada da dívida no caso de mudança de controle da contratante do financiamento, o que ocorreu após a liquidação do leilão. Como condição precedente à liquidação do leilão, a CEEE-Par e o Estado obtiveram o waiver da referida previsão contratual de vencimento antecipada da dívida e ocorreu a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o circulante, com previsão de pré-pagamento até a data legal de 08 de julho de 2022, conforme edital do leilão nº 01/2020, cláusulas 5.51.3. Os contratos possuem como garantia o aval da União e do Estado do Rio Grande do Sul e, em contrapartida a este aval, a Equatorial Participações e Investimentos contratou seguro garantia que permanecerá vigente até a liquidação das operações. O contrato com o BID foi pré-pago em 15 de setembro 2021; e (b) O contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas foi celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-T em 24 de julho de 2020 e estabelece os termos e condições de cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela CEEE-D no Contrato de Mútuo e no Primeiro Termo Aditivo. A CEEE-D vinculou a CEEE-T, até a liquidação final das obrigações, os recursos resultantes do recebimento das faturas de fornecimento depositadas na conta centralizadora mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Em 11 de março de 2021, a ANEEL

através do Despacho nº 665, anuiu o Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida celebrado com a CEEE-T, o qual tem como objeto os custos de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos entre as partes, ocorridos no período de 1º de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020. 17.2. Movimentação de empréstimos e financiamentos: A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	83.141	239.828	63.926	870.231	1.257.126
Ingressos (a)	-	500.000	-	500.000	1.000.000
Encargos	8.455	15.739	26.890	-	51.084
Varição monetária e cambial	-	-	18.023	58.766	76.789
Transferências	171.122	(171.122)	889.750	(889.750)	-
Amortizações de principal	(67.920)	(68.224)	(593.833)	-	(729.977)
Pagamentos de juros	(8.140)	(1.360)	(25.501)	-	(35.001)
Custo de captação	105	(1.217)	-	-	(1.112)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	186.763	513.644	379.255	539.247	1.618.909

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	2.023	383.299	52.290	719.973	1.157.585
Encargos	770	26.137	27.234	-	54.141
Varição monetária e cambial	-	-	12.641	210.763	223.404
Transferências	169.608	(169.608)	60.505	(60.505)	-
Amortizações de principal	(74.567)	-	(58.015)	-	(132.582)
Pagamentos de juros	(14.693)	-	(30.729)	-	(45.422)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	83.141	239.828	63.926	870.231	1.257.126

(a) Ingressos em 2021 referem-se às captações listadas abaixo:

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação do Recurso	Encargo Financeiro	Taxa Efetiva com Derivativo
BOFA	250.000	jul/2021	Trimestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 1,96% aa	CDI + 1,5% aa
SMBC	250.000	ago/2021	Trimestral	Semestral	Capital de Giro	USD + 2,19% aa	CDI + 1,5% aa
NOTAS PROMISSÓRIAS	500.000	ago/2021	Bullet	Bullet	Capital de Giro	1,40% aa	Não se aplica
	1.000.000						

17.3. Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2021	
	Valor	%
Vencimento Circulante	566.018	35%
2023	271.726	17%
2024	781.860	48%
Subtotal	1.053.586	65%
Custo de captação (Não circulante)	(695)	0,0%
Não circulante	1.052.891	65%
Total	1.618.909	100%

18.3. Características das debêntures

Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	2021	
					Valor	%
1ª	(1)/(2)/(3)	1ª	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.		
2ª	(1)/(2)/(3)/(4)	2ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.		

(1) Emissão pública de debêntures simples; (2) Não conversíveis em ações; (3) Espécie quirografária; (4) Debêntures incentivadas. 18.4. Covenants das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia possuem covenants e garantias financeiras (quirografárias – nota explicativa nº 12.2 – Garantias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Covenants debêntures 1ª debêntures

1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5 Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. 19. Impostos e contribuições a recolher

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	64.452	226.168	64.452	226.168
ICMS (a)	69.008	212.114	69.008	212.114
ICMS parcelamento (b)	117.901	15.236	117.901	15.236
PIS e COFINS (c)	34.482	33.356	34.482	33.356
PIS e COFINS parcelamento	2.008	1.206	2.008	1.206
Outros	4.303	2.346	4.303	2.346
Subtotal	292.154	490.426	292.154	490.426
Não circulante	2.238.110	3.795.180	2.238.110	3.795.180
ICMS parcelamento (b)	21.032	53.702	21.032	53.702
PIS e COFINS parcelamento	2.259.142	3.848.882	2.259.142	3.848.882
Subtotal	2.259.142	3.848.882	2.259.142	3.848.882
Total	2.551.296	4.339.308	2.551.296	4.339.308
Principal	1.545.734	-	1.545.734	-
Multa	411.437	(246.862)	411.437	(246.862)
Juros	214.483	(128.690)	214.483	(128.690)
Total	2.171.654	(375.552)	2.171.654	(375.552)

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	69.008	3%	69.008	3%
2023	79.474	3%	79.474	3%
2024	81.559	4%	81.559	4%
2025	78.411	3%	78.411	3%
2026	65.108	3%	65.108	3%
Após 2026	1.933.558	84%	1.933.558	84%
Não circulante	2.238.110	97%	2.238.110	97%
Total	2.307.118	100%	2.307.118	100%

(c) Em 31 de dezembro de 2021, o aumento refere-se, principalmente, aos ajustes na apuração de PIS e COF

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

	2021		2020	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	369.133	18.163	115.805	18.443
Fiscais	1.802	306	1.343	242
Trabalhistas	353.701	181.727	265.370	148.936
Regulatório	21.749	-	83	-
Ambiental	27.301	-	12	-
Total	773.686	200.196	382.613	167.621
Circulante	282.486	-	95.229	-
Não circulante	491.200	200.196	287.384	167.621

22.1. Movimentação dos riscos no exercício

	2020		2021		Atualização (3)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)		
Cíveis	115.805	104.408	(21.821)	(66.727)	237.467	369.133
Fiscais	1.343	213	(25)	(124)	395	1.802
Trabalhistas	265.370	183.929	(38.680)	(103.370)	46.451	353.701
Regulatório	83	7.618	-	(712)	14.761	21.749
Ambiental	12	3.651	(10)	(188)	23.835	27.301
<b>Total contingências</b>	<b>382.613</b>	<b>299.819</b>	<b>(60.536)</b>	<b>(171.121)</b>	<b>322.909</b>	<b>773.686</b>

	2019		2020		Atualização (3)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)		
Cíveis	81.355	101.937	(38.488)	(55.870)	30.327	115.805
Fiscais	16.665	(37.818)	(3.046)	(16.095)	41.637	1.343
Trabalhistas	229.027	175.699	(59.119)	(97.561)	17.323	265.370
Regulatório	83	569	-	(1.632)	-	83
Ambiental	12	106	-	(2.438)	-	12
<b>Total contingências</b>	<b>327.142</b>	<b>240.493</b>	<b>(100.653)</b>	<b>(173.656)</b>	<b>89.287</b>	<b>382.613</b>

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no período; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **22.2. Cíveis:** A Companhia figura como ré em 12.457 processos cíveis em 31 de dezembro de 2021 (11.076 processos em 31 de dezembro de 2020), os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores. Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica (eletroplessão) ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 124.085 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 44.402 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)

	2021	2020
Debêntures (a)	185.038	-
Desclassificação na secagem de fumo	33.890	28.396
Classificação tarifária	21.366	9.243
Acidente com terceiros	15.908	12.672
Convênio de devolução	13.780	13.531
Falha no atendimento	8.677	11.864
Quebra de contrato	19.054	299
Falha no fornecimento	36.347	-
Portaria DNAEE	8.250	-
Declaração de direitos reais	7.199	-
Acidente de trabalho	-	4.558
Outras	19.624	35.242
<b>Total</b>	<b>369.133</b>	<b>115.805</b>

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)

	2021	2020
Debêntures (b)	58.446	-
Desclassificação na secagem de fumo	17.995	10.955
Falha no atendimento	11.994	10.281
Fraude questionada	8.464	6.932
Quebra de contrato	8.006	751
Portarias DNAEE 38/86 e 45/86	6.138	4.966
Cobrança indevida	3.514	2.703
Acidente com terceiros	3.371	2.527
Falha no atendimento	2.917	2.706
Corte indevido	1.108	339
Outras	2.632	2.242
<b>Total</b>	<b>124.085</b>	<b>44.402</b>

(a) Trata-se de ação indenizatória movida por Banco Máxima em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de ajuizar eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes, eis que o pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado; e (b) Trata-se de ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. **22.3. Fiscais:** A Companhia figura como ré em 330 processos fiscais em 31 de dezembro de 2021 (443 processos em 31 de dezembro de 2020), no entanto, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 19 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Débito Tributário e ICMS. Na esfera fiscal há processos nos quais se discute incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificadas com perda remota.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)

	2021	2020
Tributos municipais	1.282	879
PIS/COFINS	514	460
Exibição de documentos	4	2
ICMS	2	2
<b>Total</b>	<b>1.802</b>	<b>1.343</b>

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)

	2021	2020
Tributos federais	7	-
Tributos municipais	12	-
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>-</b>

**22.4. Trabalhistas:** O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2021 é composto por 4.522 reclamações ajuizadas (3.950 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2020) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequilíbrio salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. A Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não possui processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)

	2021	2020
Horas extras	81.647	62.527
Responsabilidade subsidiária	64.661	61.795
Dispensas Processo Administrativo Eletrônico (PAE)	41.418	9.816
Responsabilidade solidária	37.245	32.677
Ex-autárquico	30.950	29.315
Danos morais	22.672	15.723
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	11.639	8.023
Diferença salarial	9.123	7.565
Acidente de trabalho	4.911	3.338
Adicional pensosidade	4.494	3.537
Reintegração	-	1.524
Outros	44.941	29.530
<b>Total</b>	<b>353.701</b>	<b>265.370</b>

**22.5. Regulatórios:** A Companhia figura como ré em 389 processos regulatórios em 31 de dezembro de 2021 (374 processos em 31 de dezembro de 2020). O valor de R\$ 21.749 (R\$ 83 em 31 de dezembro de 2020). Dentre eles, destaca-se Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual em face da CEEE-D em decorrência da má-prestação do serviço de distribuição de energia elétrica na cidade de Piratini/RS e processo ingressado para cobrar indenização da CEEE-D por atraso na formalização da resilição de contrato de Geração Distribuída. Além dos processos provisionados, existem outros processos regulatórios cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 26 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão. **22.6. Ambientais:** A Companhia figura como ré em 126 processos ambientais em 31 de dezembro de 2021 (129 processos em 31 de dezembro de 2020). O valor de R\$ 27.301 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2020) corresponde Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compeliar a CEEE-D, CEEE-GT e RGE a promoverem a descontinuação ambiental dos imóveis denominados Horto Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS. Além dos processos provisionados, existem outros processos ambientais cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 58 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão. **23. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores:** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal

(STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. Em 31 de março de 2021 a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 694.465; (ii) passivo de R\$ 711.096 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O ativo contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante com as disposições do Código Civil Brasileiro. Assim, após a homologação do crédito na Receita Federal e seu efetivo aproveitamento, considerando ainda eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, espera-se que a realização ocorra em 37 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo de R\$ 140.407 e de passivo no montante de R\$ 140.407; (ii) contabilização de R\$ 63.885 como resultado financeiro, referente a juros e multas; (iii) contabilização de R\$ 44.966 referente à recuperação de despesas, em outras receitas operacionais; (iv) compensação de débitos tributários de R\$ 96.366 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PEV/DCOMP; (v) houve amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de 14.506; e (vi) R\$ 18.183 como receita financeira, onde também iniciou PIS/COFINS de R\$ 845.

	2021
<b>Ativo</b>	
Circulante – nota explicativa nº 11	217.073
Não circulante – nota explicativa nº 11	648.467
PIS e COFINS a recuperar	865.540
<b>Passivo</b>	
Não circulante (a)	836.997
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	836.997
<b>Resultado</b>	
(+) Receita financeira	18.183
PIS/COFINS consumidores a restituir	(845)
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(845)
<b>Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>17.338</b>

(a) Além do reconhecimento inicial de R\$ 711.096 e o complemento de atualização do passivo de R\$ 140.407, após a homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL em 2021, houve amortização via Parcela A de R\$ 14.506, em atendimento a nota técnica nº 9/2021-SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL. Para maior detalhamento, veja nota explicativa nº 10 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, no montante de R\$ 836.997, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL. A respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 217.073 será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até o próximo exercício: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais. **23.1. Expectativa de PIS/COFINS a recuperar**

	2021	
	Valor	%
Circulante	217.073	25%
2023	278.406	32%
2024	282.653	33%
2025	87.408	10%
Não circulante	648.467	75%
Total (b)	865.540	100%

(b) A Companhia possui ativo referente a PIS/COFINS a recuperar no montante de R\$ 865.540 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo STF, e suportado pelo trânsito e julgado da Ação. **24. Outras contas a pagar**

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
Devolução a consumidores	7.342	9.001
Convênios de arrecadação	24.715	16.808
Encargos tarifários (a)	1.551	15.284
Adiantamentos	4.276	9.258
CDE Nota Técnica nº 216/2020 (b)	52.035	141.460
Multas regulatórias	1.133	6.651
Partes relacionadas – nota explicativa nº 12	30	-
Cauções em garantia	7.626	13.320
Incentivo à redução de consumo – nota explicativa nº 5.5	32.667	-
Outras contas a pagar	18.337	11.520
Total circulante	149.712	223.302
<b>Não circulante</b>		
Comercialização de Energia na CCEE	27.173	23.433
ANEEL – autos de infração	8.923	8.902
Outras contas a pagar (b)	20.988	32
Total não circulante	57.084	32.367
<b>Total outras contas a pagar</b>	<b>206.796</b>	<b>255.669</b>

(a) O valor de R\$ 1.551 (R\$15.284 em 31 de dezembro de 2020), refere-se, principalmente, a contabilização das bandeiras tarifárias, registrados contabilmente conforme orientações do Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017; e (b) Valor referente à CDE, a ser repassado para Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) à CEEE-D, no período de competência de novembro de 2020 a outubro de 2021, no valor de R\$ 42.431, conforme resolução homologatória nº 2.972, de 16 de novembro de 2021, e de 2016 e 2017, no valor de R\$ 30.560, conforme despacho nº 3.452, de 3 de novembro de 2021. Do valor total de R\$ 72.991, R\$ 52.035 refere-se ao saldo do circulante e, R\$ 20.960, ao não circulante. O recurso diz respeito aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Em 2020 os valores reconhecidos possuíam a mesma natureza e foram baixados durante o exercício de 2021, no entanto, com as resoluções citadas acima, foi verificado que houve repasse a merco, referentes aos mesmos períodos supracitados. Dessa forma, em 2021, a diferença apurada, foi reconhecida. **25. Passivo a descoberto: 25.1. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 23.703 em 31 de dezembro de 2020), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentos e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

27. Custo do serviço e despesas operacionais:

	2021				2020 (Reclassificado)							
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total
Pessoal	(251.153)	(90.820)	(46.551)	-	-	(388.524)	(340.690)	(56.097)	(78.382)	-	-	(475.169)
Material	(7.892)	(578)	(2.481)	-	-	(10.951)	(16.513)	(818)	(310)	-	-	(17.641)
Serviços de terceiros	(75.791)	(66.167)	(47679)	-	-	(189.637)	(72.519)	(57.192)	(42.737)	-	-	(172.448)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.452.173)	-	-	-	-	(3.452.173)	(2.747.743)	-	-	-	-	(2.747.743)
Custo de construção	(509.744)	-	-	-	-	(509.744)	(151.851)	-	-	-	-	(151.851)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	(66.755)	(44.754)	(111.509)	-	-	-	(166.615)	-	(166.615)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(128.698)	-	-	(128.698)	-	-	(66.837)	-	-	(66.837)
Reversão (provisão) de impairment (a)	-	-	-	-	38.759	38.759	-	-	-	-	(38.759)	(38.759)
Ganho na desativação de bens e direitos (a)	-	-	-	-	26.987	26.987	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(130.529)	-	(24.238)	-	-	(154.767)	(119.892)	-	(26.398)	-	-	(146.290)
Outros (b)	24.438	(2.115)	(11.755)	-	20.813	31.381	(93.390)	(2.257)	(1.812)	-	-	(68.621)
<b>Total</b>	<b>(4.402.844)</b>	<b>(159.680)</b>	<b>(261.402)</b>	<b>(66.755)</b>	<b>41.805</b>	<b>(4.848.876)</b>	<b>(3.542.598)</b>	<b>(116.364)</b>	<b>(216.476)</b>	<b>(166.615)</b>	<b>(107.380)</b>	<b>(4.149.433)</b>

(a) Reversão de impairment, no valor de R\$ 38.759 e ganho na desativação de bens e direitos, no valor de R\$ 26.987, dos bens de propriedade para investimento, realizados após a mudança de controle da Companhia, conforme Edital de Leilão Nº 01/2020 e Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças; e (b) A variação líquida de outros custos e despesas operacionais, no montante de R\$ 152.494, ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) transferência de outros custos para custos de materiais, no valor de R\$ 112.016, devido adoção da prática de capitalização de obras, após a mudança de controle da Companhia; (ii) transferência de custos de materiais para outros custos no valor de R\$ 15.475, referentes a ganhos na desativação de ativos imobilizados; (iii) contabilização de recuperação de despesas de PIS e COFINS a serem restituídos, no valor de R\$ 44.966, conforme nota explicativa nº 23 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; (iv) estorno de parte do crédito de ICMS a recuperar, em observância ao Art. nº 21 da lei nº 87/1996, conforme descrito na nota explicativa nº 13 – Ativo financeiro da concessão, no valor de R\$ 5.292; (v) redução de R\$ 30.870 do saldo de perdas na alienação e desativação do ativo imobilizado, que tem como contrapartida as contas de alienações e desativações em curso, em outros créditos a receber; e (vi) em contrapartida aos créditos descritos acima, houve o débito pelo aumento de R\$ 7.974 em despesas de arrendamento e alugueis.

	2021			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.925.900	1.087	64.926.987	95,12%

continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

(a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de Usina com preços de geração elevado, com isso o preço médio de aquisição de energia aumentou em 17,32 % passando para 255,85 R\$/MWh; (b) O crescimento elevado do exercício é associado as despesas do Encargos de Serviços do Sistema – ESS, devido ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, levando a pagamentos elevados deste encargo; (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 132.430, devido ao aumento do PLD comparado com o mesmo exercício de 2020; e (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). O aumento nos custos decorrem das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.726 de 14 de julho de 2020 com vigência até junho de 2021 e a nova resolução RAP nº 2.896 de 13 de julho de 2021, com vigência a partir de julho/2021 até junho/2022, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão). (\*) não auditado. **29. Resultado financeiro:**

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas de aplicações financeiras (a)	33.851	2.977
Valores a receber/devolver parcela A (b)	23.867	2.097
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	73.348	-
Receita financeira de AVP	4.003	1.519
Acréscimo moratório de energia vendida (d)	317.317	143.277
PIS/COFINS sobre receita financeira	(17.572)	(3.689)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	34.908	3.262
Variação monetária - Energia comprada	12.999	19.412
Variação monetária e cambial da dívida (e)	162.306	233.446
Atualização de PIS/COFINS a recuperar (f)	18.183	-
Outras receitas financeiras	16.061	3.348
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>679.271</b>	<b>405.738</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Valores a receber/devolver parcela A	(11.344)	(5.374)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(10.316)	-
Despesa financeira de AVP	(60.307)	(18.059)
Encargos da dívida	(92.042)	(39.315)
Variação monetária - Energia comprada	(17.226)	(28.465)
Variação monetária e cambial da dívida (e)	(257.654)	(603.903)
Atualização de contingências (g)	(322.911)	(89.287)
Juros, multas s/ operação de energia (h)	(138.382)	(502.626)
Encargos Arrendamentos	(2.979)	(2.755)
Outras despesas financeiras (i)	(222.878)	(157.209)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(1.143.091)</b>	<b>(1.446.993)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(463.820)</b>	<b>(1.041.255)</b>

(a) O aumento nas rendas de aplicações financeiras em 2021, ocorreu em função dos acréscimos da caixa da Companhia em relação ao exercício de 2020; (b) A variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dos ativos e passivos regulatórios foi afetada, principalmente pelo aumento dos custos totais com energia, motivados pela crise hídrica, que intensificou-se no ano de 2021; (c) Em julho e agosto 2021 ocorreram contratações de empréstimos em moeda estrangeira junto ao *Bank of America* no valor de US\$ 47.991, equivalente a R\$ 250.000, com proteção de swap de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,50% a.a., e junto ao *Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation* no valor de US\$ 47.938, equivalente a R\$ 250.000 com proteção swap de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,45% a.a.; (d) O aumento em acréscimos moratórios deve-se, principalmente, pela efetivação de negociação de parcelamento com a Prefeitura de Pelotas em agosto de 2021. No momento da efetivação do parcelamento são calculados os juros moratórios até a data do parcelamento e inclui estes encargos na dívida a ser parcelada, sendo distribuído em todas as parcelas; (e) Em 31 de dezembro de 2021, a redução deu-se em função da variação cambial, que gerou uma despesa inferior em 2021 com o aumento do dólar de 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 28,8%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020; (f) A receita financeira de PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores é evidenciada na nota explicativa nº 23 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; (g) Refere-se à atualização monetária das contingências prováveis, calculadas de acordo com os critérios de atualização definidos pela Companhia e que estão em consonância com os índices previstos nos respectivos processos e com as legislações pertinentes; e (h) Antes do processo de privatização a Companhia operava com atrasos no cumprimento de suas obrigações junto aos seus credores. Em 2021 houve uma diminuição destes atrasos nos pagamentos de fornecedores de energia e, por consequência, nos juros e multas sobre as operações; (i) O valor refere-se, principalmente, a apropriação de encargos sobre os parcelamentos de ICMS no montante de R\$ 157.473. Em contrapartida, houve contabilização de R\$ 63.885 como resultado financeiro, referente a juros e multas, conforme nota explicativa nº 23 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.

**30. Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada):** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP	5	5
Plano Único	32.172	40.875
Plano CEEEPREV	47.887	55.734
Ex-Autárquicos – EXA (a)	-	79.026
<b>Total circulante</b>	<b>80.064</b>	<b>175.640</b>
<b>Não circulante</b>		
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP	39	41
Plano Único	267.610	213.425
Plano CEEEPREV	658.797	774.214
Ex-Autárquicos – EXA (a)	-	388.039
<b>Total não circulante</b>	<b>926.446</b>	<b>1.375.719</b>
<b>Total plano de aposentadoria e pensão</b>	<b>1.006.510</b>	<b>1.551.359</b>

(a) Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, por força da Lei Estadual nº 4.136/1961. A baixa do valor no exercício refere-se à transferência da obrigação do passivo atuarial de ex-autárquicos para o Estado no exercício, formalizado por meio do Instrumento Particular de Compromisso de Transferência de Ativos e Passivos e Outras Avenças assinado em 30 de junho de 2021. A CEEE-Par assumiu perante a CEEE-D a assumir o ressarcimento ao Estado do valor de R\$ 313.415 (ver nota explicativa 25.1 – Capital social) e doação de bens imóveis que montam o valor justo de R\$ 80.823, perfazendo o valor total da obrigação transferida de R\$ 394.238. No exercício houve reconhecimento de ganhos atuariais no montante de R\$ 117.837, em contrapartida do patrimônio líquido e, custo com a contribuição da patrocinadora no montante de R\$ 76.612, reconhecido no resultado. **30.1 Características do plano de aposentadoria:** A Companhia, através da Fundação Família Previdência, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único. Esse último, fechado para novas adesões. Mantém, também, as obrigações do pagamento de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada (CTP). A Companhia registra seu passivo com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, e considera o contrato de dívida SF nº 1254/1995, firmado junto à Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE). O contrato SF nº 1254/1995 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja negociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Os encargos contratuais incidentes são a taxa real de juro atuarial acrescido de 1%, correspondendo a 6,63%, e correção monetária pela variação mensal do INPC. Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir: **(a) Plano CD:** Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. Os benefícios de risco são: • Benefício por entrada em invalidez: Concedido em caso de invalidez de participante ativo, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião da entrada em invalidez total e permanente, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade. • Benefício de pecúlio por morte como participante ativo: Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião do falecimento do participante ativo, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade. **(b) Planos de benefícios CEEEPREV:** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. O benefício salda é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida: Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora. Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Especialmente na

parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegitimidade desse procedimento. Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício salda (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora. A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/1998. Contrária à determinação da PREVIC, a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-572014.4.013400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal, que, em primeira instância, foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo, razão pela qual fica impedido o cumprimento imediato da decisão pela PREVIC. Na mesma esteira do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul também apontou ilegitimidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia. Considerando a natureza societária da CEEE-D (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-512019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado, a Fundação ELETROCEEE interps agravo de instrumento (processo nº 5000483-372020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recusada vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%. **(c) Plano único:** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º do artigo 6º da referida Lei determina que "A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador". Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº30 de 30 de outubro de 2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da Companhia (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência às manifestações anteriores registradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **30.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido:** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2020 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2021.

Apuração do passivo (ativo) líquido em	2021		2020				
	CD	CEEPEPREV	Plano único	CEEPEPREV	Plano único	CTP	EXA
<b>1 Déficit/(superávit) apurado</b>							
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	11	1.851.908	1.272.751	2.052.935	1.330.092	46	467.065
Valor justo dos ativos do plano	(46)	(1.146.386)	(976.440)	(1.229.044)	(1.080.541)	-	-
<b>Déficit/(superávit) apurado</b>	<b>(35)</b>	<b>705.522</b>	<b>296.311</b>	<b>823.891</b>	<b>249.551</b>	<b>46</b>	<b>467.065</b>
<b>2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais</b>							
Efeito do teto de ativo	35	-	-	-	-	-	-
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	35	-	-	-	-	-	-
<b>3 Passivo/(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)</b>							
Passivo/(ativo) líquido apurado	-	705.522	296.311	823.891	249.551	46	467.065

**30.3 Resultado da avaliação atuarial:** Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2021		2020			
	CEEPEPREV	Plano único	CEEPEPREV	Plano único	CTP	EXA
<b>Resultado do exercício</b>						
Custo do serviço corrente líquido	8.583	(1.137)	8.037	(1.199)	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	134.954	46.592	133.439	48.464	3	27.408
Rendimento esperado dos ativos do plano	(80.735)	(31.645)	(87.770)	(37.059)	-	-
<b>Total de (despesa) receita reconhecida no resultado do exercício</b>	<b>62.802</b>	<b>13.810</b>	<b>53.706</b>	<b>10.206</b>	<b>3</b>	<b>27.408</b>
<b>Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício</b>						
Ganhos/(perdas) nos ativos do plano	93.713	85.212	(87.556)	(80.058)	-	-
Ganhos/(perdas) nas obrigações atuariais	(219.721)	(11.874)	(46.650)	(61.069)	(3)	(30.372)
Ganhos/(perdas) no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	-	(16.697)	-	-	-	-
<b>Ganhos/(perdas) reconhecidos em ORA</b>	<b>(126.008)</b>	<b>56.641</b>	<b>(134.206)</b>	<b>(141.127)</b>	<b>(3)</b>	<b>(30.372)</b>

**30.4 Ativos do plano:** Ativos do plano incluem:

	2021		2020	
	CD	CEEPEPREV	Plano único	CEEPEPREV
Títulos Públicos	141.607	1.996.033	1.245.042	2.241.189
Fundos de Investimentos	159.983	845.500	469.182	685.075
Outros	63.797	782.242	449.168	895.224
<b>Ativo total</b>	<b>365.387</b>	<b>3.623.775</b>	<b>2.163.392</b>	<b>3.821.488</b>

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com colação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada. **30.5 Obrigação de benefício definido:** **a) Premissas atuariais**

Premissas	2021		2020				
	CD	CEEPEPREV	Plano único	CEEPEPREV	Plano único	CTP	EXA
Taxa de inflação	5.03%	5.03%	5.03%	3.32%	3.32%	3.32%	3.32%
Taxa de desconto	5.19%	5.38%	5.31%	3.36%	3.03%	2.97%	2.12%
Futuros aumentos salariais	5.19%	5.38%	5.31%	3.36%	3.03%	2.97%	2.12%
Futuros aumentos de pensão	6.08%	5.03%	5.03%	3.32%	3.32%	3.32%	3.32%

**b) Análise de sensibilidade:** Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissas	Análise de sensibilidade	2021		2020		CTP	EXA
		Impacto	Impacto	Impacto	Impacto		
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(320)	(85.191)	(51.774)	(112.152)	(63.086)	(1)
	Redução de 0,5%	337	93.935	55.847	123.141	71.478	1
Expectativa de vida	Aumento de 0,5%	(287)	36.521	35.425	46.504	49.354	2
	Redução de 0,5%	327	(37.299)	(35.731)	(48.270)	(49.405)	(2)

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

## 30.6 Fluxo de caixa

	2021		2020			
	CD	CEEPEPREV	Plano de saúde	Plano único	CTP	EXA
<b>1 Fluxo de caixa no exercício</b>						
Contribuições do empregador	1	55.164	23.692	47.719	33.538	5
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	1.752	15.547	2.211	4.285	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	126.596	153.061	133.159	133.159	5
<b>2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte</b>						
Contribuições do empregador	3	54.989	23.692	48.722	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	1.650	16.533	3.237	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	4	156.034	168.975	133.889	-	-

**31. Instrumentos financeiros. 31.1 Considerações gerais.** A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a seguir: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/ DL+PL). **31.2 Política de utilização de derivativos.** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*Swap* e *NDF*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **31.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado para o exercício. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **(a) Mensuração do valor justo.** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	2021		2020		
		instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	38.771	38.771	30.679	30.679
Caixa e equivalentes de caixa	-	Valor justo por meio do resultado	477.970	477.970	24.170	24.170
(Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	495.712	495.712	-	-
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.103.458	1.103.458	826.081	826.081
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financiamentos ao valor justo	20.552	20.552	-	-
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo Amortizado	418.824	418.824	67.991	67.991
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	426.473	426.473	253.046	253.046
<b>Total do ativo</b>			<b>2.981.760</b>	<b>2.981.760</b>	<b>1.201.967</b>	<b>1.201.967</b>



COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024 (*)
Arrendamentos e alugueis	2022 a 2029	20.466	9.516	1.908	2.255

(\*) estimado em 5 anos após 2024. **34. Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importânciasegurada
Riscos operacionais	30/04/2022	120.120
Responsabilidade civil geral	30/04/2022	30.000
Seguro garantia judicial	(a)	58.004
Automóveis	30/04/2022	(b)
Seguro D&O	30/04/2022	120.000

(a) Apólices vigência até 2024; e (b) 332 veículos próprios segurados, conforme apólice. **35. Eventos subsequentes: Paridade contributiva nos planos de benefícios CEEE-PREV:** Em 25 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), concedendo tutela antecipada ao pedido da CEEE-D, para atribuir eficácia imediata à sentença proferida em 14 de outubro de 2021, que reconheceu a inobservância da paridade contributiva no plano de benefício

CEEE-PREV, fazendo cessar, a contar da sentença, o pagamento das contribuições que superam tal limite, incluindo a recomposição de 3% (três por cento), referente aos benefícios de participantes ativos migrados em 2002. **Conta Escassez Hídrica (Medida Provisória nº 1.078/2021 e pelo Decreto nº 10.939/2022):** Em 15 de março de 2022, determinada pela Medida Provisória nº 1.078/2021 e pelo Decreto nº 10.939/2022, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou os critérios e os procedimentos para a operação de crédito visando reduzir os impactos financeiros dos custos referentes ao período de escassez hídrica de 2021. Os recursos aprovados totalizam R\$ 5,3 bilhões para todo o Brasil e serão repassados às distribuidoras conforme os quantitativos a serem solicitados pelos agentes e aprovados pela ANEEL. As distribuidoras possuem 10 dias, após a publicação da resolução normativa, para declarar os montantes de recursos que pretendem captar, limitados ao teto estabelecido pela ANEEL. O pagamento do empréstimo por parte dos consumidores ocorrerá por meio do encargo mensal "CDE – Escassez Hídrica", o qual será inserido no cálculo das tarifas de energia elétrica a partir dos processos tarifários de 2023. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mediará as transações, sendo a responsável pela contratação das operações de crédito e pela gestão da Conta Escassez Hídrica.

DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS
<b>Raimundo Barreto Bastos</b> Diretor Presidente <b>Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima</b> Diretor de Relações com Investidores <b>Tinn Freire Amado</b> Diretor <b>Humberto Luis Queiroz Nogueira</b> Diretor <b>José Silva Sobral Neto</b> Diretor <b>Bruno Cavalcanti Coelho</b> Diretor	<b>Augusto Miranda da Paz Júnior</b> - Presidente <b>Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima</b> <b>Sérvio Túlio dos Santos</b> <b>David Abdalla Pires Leal</b> <b>Marco da Camino Ancona Lopez Soligo</b>	<b>TITULARES</b> Saulo de Tarso Alves de Lara Paulo Roberto Franceschi Vanderlei Dominguez da Rosa <b>SUPLENTE</b> Moacir Gibur Claudia Luciana Ceccatto de Trotta Ricardo Bertucci	<b>PARER DO CONSELHO FISCAL</b> O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, apresentados sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes em 22 de março de 2022, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. Porto Alegre, 22 de março de 2022. Paulo Roberto Franceschi Saulo Tarso Alves de Lara Vanderlei Dominguez da Rosa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D - Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada:** As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 267.435 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa no 9 às demonstrações contábeis. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes da integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de

faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa no 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da correção dos erros descritos na nota explicativa no 6, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 29 de março de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa no 6 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 22 de março de 2022. ERNST & YOUNG, Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/O-6. Carlos Santos Mota Filho - Contador CRC PE020728/O-7-T-CE.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- (51) 3213-1333 / 3213-1338
- (51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC